



IDENTIDADES EM TRANSFORMAÇÃO:

examinando a trajetória
de refugiados venezuelanos

Caroline Nascimento Lehmann
Reinaldo de Azevedo Schiavo

Esta obra busca compreender como os diferentes espaços, habitações, religiões e trabalhos afetam a construção das identidades de uma família venezuelana refugiada no Brasil, na cidade interiorana de Barbacena, em Minas Gerais. O livro analisa também como esses indivíduos se inserem na sociedade brasileira e como constroem novos territórios-rede que servem de apoio para a família, reforçando seus aspectos identitário-culturais estabelecidos enquanto residentes na Venezuela, ao mesmo tempo em que recriam novas identidades como residentes no Brasil e no convívio com brasileiros.

editora



Identidades em transformação: examinando a trajetória de refugiados venezuelanos

Caroline Nascimento Lehmann
Reinaldo de Azevedo Schiavo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LEHMANN, C. N., and SCHIAVO, R. A. *Identidades em transformação: examinando a trajetória de refugiados venezuelanos* [online]. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2022, 104 p. Desafios para o século XXI collection. ISBN: 978-65-86832-15-0. Available from: <https://books.scielo.org/id/n6pxw>.
<https://doi.org/10.36704/9786586832150>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

IDENTIDADES EM TRANSFORMAÇÃO:

examinando a trajetória
de refugiados venezuelanos

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Lavinia Rosa Rodrigues

Reitora

Thiago Torres Costa Pereira

Vice-reitor

Raoni Bonato da Rocha

Chefe de Gabinete

Silvia Cunha Capanema

Pró-reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Vanesca Korasaki

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Michelle Gonçalves Rodrigues

Pró-reitora de Graduação

Moacyr Laterza Filho

Pró-reitor de Extensão

Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais (EdUEMG)

Conselho Editorial

Thiago Torres Costa Pereira | UEMG

Amanda Tolomelli Brescia | UEMG

Ana Elisa Ribeiro | CEFET-MG

Ana Lúcia Almeida Gazzola | UFMG

Fuad Kyrillos Neto | UFSJ

José Márcio Pinto de Moura Barros | UEMG | Puc Minas

Moacir Henrique Júnior | UEMG

Thiago Torres Costa Pereira

Editor-chefe

Gabriella Nair Figueiredo Noronha Pinto

Coordenação administrativa e editorial

COLEÇÕES DESAFIOS
PARA O SÉCULO XXI

IDENTIDADES EM TRANSFORMAÇÃO:

examinando a trajetória
de refugiados venezuelanos

Caroline Nascimento Lehmann
Reinaldo de Azevedo Schiavo

editora



BELO HORIZONTE, 2022

Expediente

Luiza Cordiviola e Anna Izabella Miranda

Revisão

Thales Santos

Projeto gráfico e diagramação

Este livro foi submetido à avaliação por duplo parecer às cegas, feita por pesquisadores doutores, e à aprovação pelo Conselho Editorial.



Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons 4.0. Direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Rodovia Papa João Paulo II, 4143. Ed. Minas, 8º andar, Cidade Administrativa, bairro Serra Verde, BH-MG, CEP: 31630-900. _

(31) 3916-9080 | e-mail: editora@uemg.br | editora.uemg.br



@EditoraUEMG



@editora_uemg



EditoraUemg



Editora UEMG

L523i

Lehmann, Caroline Nascimento

Identidades em transformação: examinando a trajetória de refugiados venezuelanos [livro eletrônico] / Caroline Nascimento Lehmann, Reinaldo de Azevedo Schiavo -- Belo Horizonte : EdUEMG, 2022.

104 p.: il., color. (Coleção desafios para o século XXI)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86832-15-0

1. Refugiados - Venezuela. 2. Identidade social. 3. Refugiados políticos. I. Schiavo, Reinaldo de Azevedo.

II. Título

CDD: 325.21

Bibliotecária responsável: Flavia Martins Alves Godinho CRB-6/3653

AOS VIVENTES DESTA HISTÓRIA.

“Estamos vivos porque estamos en movimiento”.
(DREXLER, 2017)

PREFÁCIO

Tenho o grande prazer de apresentar aqui o livro de Caroline Nascimento Lehmann e Reinaldo Azevedo Schiavo. Fruto de um trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Barbacena, trata-se de uma pesquisa criteriosa e original sobre um dos fenômenos migratórios mais desafiadores na história recente do Brasil: a migração de venezuelanos.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o Brasil passou a registrar um novo fluxo de imigrantes latino-americanos, sírios e outros cidadãos de países africanos, compondo, assim, um quadro radicalmente distinto da tradicional imigração de origem europeia, japonesa ou sírio-libanesa de fins do século XIX até os anos 1930.

Entre os grupos recentes que chegaram ao Brasil na última década, sobressaem-se os haitianos, que vêm sendo muito estudados, e os venezuelanos, novo foco de pesquisas e ações públicas. Em 2021, o número de refugiados venezuelanos passou da ordem do milhão. Não seria difícil elencar aqui os estudos que vêm sendo realizados sobre essa recente migração venezuelana, de fato surpreendente. Primeiro, porque grande número dos atuais venezuelanos residentes no Brasil entrou no país apenas nos últimos quatro anos. Segundo, porque boa parte deles vem sendo objeto do programa federal de interiorização, a chamada Operação Acolhida, em parceria com instituições internacionais, como a Agência da Organização das Nações Unidas para os refugiados (Acnur) no Brasil, as organizações não governamentais (ONGs), prefeituras, universidades e associações religiosas.

Fruto do processo de interiorização, migrantes venezuelanos estão assentados em cidades que, muito provavelmente, eles sequer sabiam da existência antes de chegar ao Brasil, como Goierê/PR ou mesmo Barbacena/MG, objeto deste livro. Como são ainda poucos os estudos sobre esses exemplos de interiorização, a pesquisa realizada sobre venezuelanos residentes em Barbacena por si só justificaria a publicação e leitura desta obra. Porém, isso não é tudo. O leitor há de se perguntar: onde os migrantes poderão melhor desenvolver suas potencialidades e, ao mesmo tempo, integrar-se, preservando seus costumes e enriquecendo a cultura da sociedade de acolhimento? Não seria melhor se fossem acolhidos em grandes cidades, nas quais, em princípio, há mais empregos e oportunidades de formação? Como estão vivendo em Barbacena? O livro é uma valiosa contribuição a esse debate clássico nas ciências sociais e crucial na vida pública e econômica de migrantes, sobre os processos integrativos em núcleos urbanos médios.

A análise trata da interiorização e da vida em Barbacena de maneira bem particular, a qual buscou acompanhar desde a chegada dos migrantes, a acolhida inicial e a condição de moradia, até os aspectos identitários e religiosos, bem como seus medos e a discriminação enfrentada. A leitura do livro fica ainda mais interessante porque os autores não falam em termos abstratos, uma vez que o foco está na família Gonzalez.

Deixo ao leitor o prazer de apreciar a qualidade e riqueza da análise. Destaco apenas que a compreensão do fenômeno migratório sob a lente de uma família é uma perspectiva

frutífera para os estudos migratórios, atestando uma vez mais a atualidade e qualidade do livro de Lehmann e Schiavo.

Espero que este livro possa encontrar muitos leitores e influenciar na ação dos agentes públicos, políticos, empresários, escolas e demais setores da sociedade local e estadual. Da mesma forma, espero que encontre no coração dos leitores o sentimento de que fazer ciências sociais, e ciências de modo geral, vale a pena, não apenas para os profissionais que atuam na área, mas também para os sujeitos – homens, mulheres e crianças, migrantes ou não –, que são a razão e o fim de toda ciência pública que se preze. Finalmente, gostaria de afirmar meu prazer em ver o talento da autora e de seu orientador de pesquisa na graduação, reconhecidos pela instituição na qual atuam.

Márcio de Oliveira

Professor titular de Sociologia

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

APRESENTAÇÃO

Identidades em transformação: examinando a trajetória de refugiados venezuelanos é uma obra que busca compreender como os diferentes espaços, habitações, religiões e trabalhos afetam a construção das identidades de uma família venezuelana refugiada no Brasil, na cidade interiorana de Barbacena, em Minas Gerais. O livro analisa também como esses indivíduos se inserem na sociedade brasileira e como constroem novos territórios-rede que servem de apoio para a família, reforçando seus aspectos identitário-culturais estabelecidos enquanto residentes na Venezuela, ao mesmo tempo em que recriam novas identidades como residentes no Brasil e no convívio com brasileiros.

Esta pesquisa nasceu de um projeto de iniciação científica do Grupo de Estudos de Ciência da Religião da UEMG, unidade Barbacena, no qual, ao estudar a religião cristã e suas memórias na cidade, encontramos a família Gonzalez, composta por refugiados venezuelanos vinculados a uma igreja evangélica local. A partir dessa tomada de conhecimento, iniciamos a pesquisa sobre os efeitos da religião na socialização desses indivíduos. Ao fim do projeto, decidimos continuar em contato com os Gonzalez a fim de atendermos à obrigatoriedade de cumprir o trabalho de conclusão de curso da graduação de Ciências Sociais, o que propiciou a elaboração desta obra.

Com o movimento de migrantes que acontece ao longo do tempo em diferentes territórios, os venezuelanos têm sido um dos maiores grupos a migrar nos últimos três anos. O Brasil, por conta de sua política de acolhimento e incentivo à inserção de refugiados e deslocados venezuelanos no

território, tem sido alvo de pessoas e famílias que, apesar da diferença linguística, têm buscado reconstruir suas vidas em solo brasileiro. A Operação Acolhida, como iniciativa do governo brasileiro em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), é responsável por grande parte dos refugiados venezuelanos interiorizados em diversos municípios, como Barbacena. Porém, os refugiados venezuelanos também têm chegado através do auxílio de organizações religiosas, como a Aliança de Misericórdia, que é o caso da família que apresentamos neste livro.

SUMÁRIO

Considerações iniciais	19
Capítulo 1 – Conhecendo a família Gonzalez	29
A vida da família Gonzalez na Venezuela pré-crise	30
O êxodo da família Gonzalez	34
Capítulo 2 – Identidades e suas contribuições	39
Rótulos identitários e seu desenvolvimento	40
Discriminação e o medo social	52
Rótulos identitários e as relações entre imigração, trabalho e habitação	58
Capítulo 3 – Residentes em Barbacena e o impacto nas identidades	77
Novas vivências e suas contribuições na construção das identidades	78
Isolamento do refugiado e a construção das redes	85
Considerações finais	89
Referências	93
Índice remissivo	99
Sobre os autores	101

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O mundo acompanha, há décadas, o deslocamento de pessoas entre territórios, fenômeno que se dá internamente e entre países. Observa-se que, dessas pessoas, as que mais têm se deslocado são os refugiados, forçados a sair de seus países por questões políticas e humanitárias, como a fome e as guerras, além de outros fatores, como o clima. Segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (2020a), 79,5 milhões de indivíduos foram forçados a se deslocar até o final de 2019, número que dobrou na última década. Desse total, 80% se encontram em países ou territórios com situações graves de insegurança alimentar e desnutrição; 73% estão em países vizinhos e 85% estão em países em desenvolvimento. Dentre essas pessoas, 40% são crianças. Entre os países de origem com mais refugiados estão Síria (6,6 milhões), Venezuela (3,7 milhões), Afeganistão (2,7 milhões), Sudão do Sul (2,2 milhões) e Mianmar (1,1 milhão). Segundo o representante especial da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM) para os refugiados venezuelanos, em entrevista ao jornal *El País* em 2019, se não houver nenhuma mudança, é esperado que a Venezuela seja o maior país com imigrantes forçados nos próximos anos, superando a Síria em movimento migratório (TORRADO, 2019).

No presente estudo, trataremos de migração, refúgio e identidade a partir da vivência dos Gonzalez, uma família venezuelana refugiada que veio ao Brasil buscando trabalho e uma nova perspectiva de vida. Sua trajetória começa na Venezuela, passando pela fronteira em Pacaraima/RR, e a família permanece alguns meses em Boa Vista/RR para, finalmente, encontrar um lugar definitivo em Barbacena/MG.

Na medida em que transitam por diferentes territórios em busca de um novo lar, os Gonzalez ficam submetidos à lógica de aceitação, indiferença e/ou rejeição pelos brasileiros. Nesse processo, entra em cena o jogo da “produção social da identidade e da diferença”, trabalhado por Silva (2000), pois eles têm de lidar com novos rótulos identitários, como o de refugiados.

Devido à proximidade geográfica e ao compartilhamento do mesmo idioma, os refugiados venezuelanos buscam destinos como Colômbia, Peru, Chile e Equador. Porém, também é evidente a presença significativa de venezuelanos no Brasil, que, apesar de não ter o mesmo idioma, tem uma política mais flexível de abrigo a refugiados. Ainda segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (2020b), no ano de 2018, pico de migração venezuelana no Brasil, cerca de 61.687 pedidos de refúgio foram feitos para diversos estados do país. Entre eles, Roraima (50.770), Amazonas (10.500) e São Paulo (9.977) foram os mais procurados. Em 2020, de acordo com Vidigal (2020), o governo brasileiro aprovou 38 mil solicitações de refúgio de venezuelanos e esperava-se que, até julho de 2020, esse número aumentasse para 130 mil. Desse total, 26.552 solicitantes são homens e 19.631 são mulheres. A maioria (23.749) tem entre 30 e 59 anos, seguidos por 19.315 solicitantes de 18 a 29 anos de idade.

Entretanto, observa-se uma mudança no fluxo migratório venezuelano em razão da pandemia de covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. Cerca de 100 mil venezuelanos retornaram ao seu país a partir da Colômbia (um dos destinos mais procurados) e outros 40

mil aguardam liberação, visto que, em função da pandemia, a Venezuela fechou suas fronteiras e, portanto, a entrada de cidadãos de maneira legal depende da autorização do governo. Em grande maioria, um dos motivos para o retorno dos venezuelanos para seu país de origem é a crise econômica, que deixou muitos desempregados. Da mesma forma, a preocupação com os parentes residentes na Venezuela e o medo do vírus contribuíram para o retorno de muitas pessoas (PANDEMIA..., 2020).

Desde 2018, a Acnur, juntamente com o governo brasileiro, que assume o papel de coordenador, apoia a Operação Acolhida, que consiste em uma “estratégia de interiorização que abrange quatro modalidades: saída de abrigos em Roraima para centros de acolhida e integração na cidade de destino, reunificação familiar, reunião social e Vaga de Emprego Sinalizada (VES)”, segundo Peduzzi, da Agência Brasil (2021). A matéria revela que, das 360 famílias venezuelanas do programa, 88% viajaram em grupos familiares, enquanto 12% deslocaram-se sozinhas. Em virtude da pandemia, essa ajuda tem sido mais criteriosa, com monitoramento e acompanhamento médico. Peduzzi ainda revela que a acolhida dos venezuelanos faz com que o Brasil seja protagonista na América do Sul.

Em junho de 2021, segundo a divisão brasileira da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (2021), o governo brasileiro aprovou a Portaria nº 655, atualizada em abril de 2022 para Portaria nº 670, que permitiu a entrada excepcional de venezuelanos no país. A portaria regularizou e estabeleceu duas regulamentações da situação migratória, a

solicitação de refúgio ou a residência temporária, e também discorreu sobre a situação de venezuelanos que adentraram o país de forma irregular durante a pandemia (BRASIL, 2022). Consequentemente, estima-se um contingente de 260 mil refugiados e migrantes venezuelanos em solo brasileiro. Os venezuelanos chegam, em sua maioria, através de Pacaraima e permanecem no município até a sua regularização documental pelo Exército Brasileiro e a Operação Acolhida, afirma Caíque Rodrigues (2021). De acordo com o *site* do governo do Brasil, em 2018 foi criada a Operação Acolhida, algo nunca feito antes no país, que é:

[...] coordenada pela Casa Civil e tem três eixos: ordenamento de fronteira que prevê documentação, vacinação e operação de controle do Exército Brasileiro; acolhimento, que compreende oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e a interiorização, com o objetivo de inclusão socioeconômica (BRASIL, 2021).

Ainda segundo o *site*, cerca de 53 mil refugiados foram interiorizados em mais de 670 municípios no país (BRASIL, 2021).

Essa característica receptora do Brasil em relação a estrangeiros se dá historicamente por meio de relações interpessoais, políticas e interesses econômicos. Todavia, faz-se necessário trazer um recorte do início dessa postura da sociedade e do governo brasileiros.

Durante o período colonial, homens e mulheres negros africanos foram trazidos forçadamente ao país para serem escravizados por portugueses que, por sua vez, tinham invadido e subjugado povos originários que aqui residiam. Após pressão

internacional, o advento do processo de industrialização e o capitalismo, o Brasil foi um dos últimos países a mudar seu perfil econômico, expulsando as pessoas escravizadas – que nesse momento eram maioria no país – das grandes fazendas coloniais, e deixando-as ainda à margem da sociedade. A elite política da época, dominada pela vontade de embranquecer o Brasil e com uma ideologia de superioridade de raças, iniciou o processo de imigração de europeus, em grande maioria italianos (58,5%), para trabalharem como assalariados nas fazendas e nas indústrias recém-chegadas ao Brasil. Em tal momento histórico, a imigração aconteceu no país de forma a suprir necessidades criadas com o abandono da escravidão moderna de pessoas negras, para servir à lógica do branqueamento e para inserir o imigrante europeu na identidade do Brasil (WERMUTH, 2020, p. 2336-2338).

A partir de 1946, as políticas de migração foram realizadas de maneira minuciosa, e os imigrantes passaram a ser vistos de forma discriminatória e suspeita, o que levou à criação do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980).

Avançando na linha temporal e destacando os fatos que nos interessam em nossa investigação, em 1951, na convenção da ONU, foi estabelecido o Estatuto dos Refugiados, que impõe que refugiados não podem ser extraditados para seus países de origem justamente por sofrerem ameaças às suas vidas. No estatuto também estão os direitos que lhes devem ser assegurados, sendo esses os mesmos direitos civis, econômicos e sociais concedidos a qualquer estrangeiro regulamentado no Brasil. Da mesma forma, os refugiados

têm como dever o respeito às leis e aos costumes (AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2018).

Entretanto, é pertinente fazer a distinção entre refúgio e migração, pois será relevante para a leitura e o entendimento desta pesquisa. Os refugiados buscam asilo em outros países devido a problemas que afetam suas vidas e o fazem como uma saída para essas questões. Os migrantes, por outro lado, escolhem mudar de país muitas vezes por motivos econômicos e, quando desejarem, podem retornar ao seu país de origem, o que não é a realidade dos refugiados (AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2018). Além disso, outra conceituação necessária pelo mesmo motivo anterior é a que distingue emigração e imigração. Sayad (1998) inicia sua definição afirmando que esses conceitos dizem respeito, respectivamente, à qualidade do emigrante e à condição de imigrante. O autor aprofunda seus conceitos explicando que:

[...] como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal [...] (SAYAD, 1998, p. 14).

Dessa forma, imigrante e emigrante, em sua dualidade, conferem parte da identidade dos que se deslocam de seus países de origem.

Em 1997, o presidente da República sancionou a Lei nº 9.474, em 22 de julho, que definiu a aplicação do Estatuto

dos Refugiados de 1951 no Brasil e reconheceu o refugiado como uma pessoa que precisa ser protegida das questões de violência e violação que sofre, sendo responsabilidade do Estado prover sua segurança. Desde então, o Brasil tem cumprido sua lei, recebendo pessoas refugiadas de todo o mundo.

Com esse pano de fundo, trazendo um olhar mais particular sobre refugiados venezuelanos no país, apresentamos a família Gonzalez, constituída por refugiados venezuelanos que migraram em grupos familiares para o Brasil, especificamente para a cidade de Barbacena, localizada no interior de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, o maior número de refugiados venezuelanos se encontra em Belo Horizonte, reforçando a prerrogativa da busca por cidades maiores. Em segundo lugar aparece Juiz de Fora, uma cidade interiorana de grande porte, a 100 km de distância de Barbacena. Entre os refugiados venezuelanos em Barbacena, cinco foram interiorizados pela Operação Acolhida, um chegou à cidade em março de 2020 e outros quatro em junho de 2021 (AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2022). Os demais tiveram suas idas para Barbacena intermediadas pela Aliança de Misericórdia, uma instituição católica de vocação assistencialista. Apesar de ter recebido imigrantes ao longo do século XX,¹ devido à sua característica interiorana, Barbacena não é, à primeira vista, considerada uma opção óbvia para novos imigrantes e

¹ Conheça um pouco da história nos 224 anos de Barbacena. 2015. Disponível em: <https://www.barbacenamais.com.br/cotidiano/19-cidade/1241-conheca-um-pouco-da-historia-nos-224-anos-de-barbacena>.

refugiados, fato que tem mudado devido ao grande número de venezuelanos no país e aos processos de interiorização. Por isso, essa família venezuelana será nosso aporte empírico.

Nosso encontro se dá com a família Gonzalez a partir de uma igreja evangélica de Barbacena que frequentávamos. Ao primeiro contato, constatamos que eram migrantes da Venezuela. Por meio da observação participante, inserimo-nos no contexto da igreja, participando dos cultos e percebendo as dinâmicas que aconteciam ao redor da família de refugiados e na interação com os atores sociais (CORREIA, 1999). Comumente, os Gonzalez chegavam à igreja em família. Em outros momentos, somente a matriarca e a filha compareciam. Poucos membros da igreja tentavam estabelecer um diálogo com eles após os cultos. Percebemos também que, em determinadas ocasiões, a família trazia ao pastor da igreja alguma demanda social, que ia desde um auxílio para questões de necessidade pessoal, como a compra de gás de cozinha, até um pedido para levá-los a outra cidade para regularizarem a situação documental.

Por intermédio de entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro que serve como guia para facilitar o cumprimento dos objetivos da pesquisa na conversa com os entrevistados (MINAYO, 2008), conversamos de forma individual com dois membros jovens da família Gonzalez – os únicos que concordaram em conversar conosco – e um membro da igreja evangélica durante o ano de 2019. Nas perguntas para os venezuelanos, focamos três pontos-chave: a vida familiar na Venezuela, o processo de transição da Venezuela para o Brasil e como tem se dado a socialização e adaptação desses

refugiados na cidade de Barbacena. No questionário específico para o membro da igreja focamos também em três pontos: a vida e a relação com a igreja, o relacionamento com a família venezuelana refugiada e o perfil da igreja, mais especificamente no que se refere às questões de ação social.

Feita a transcrição das entrevistas, buscamos identificar e descrever os rótulos identitários que os membros trouxeram desde a Venezuela, durante sua travessia para o Brasil, em solo brasileiro como refugiados e como moradores de Barbacena. Pelo reconhecimento dos rótulos, procuramos analisar como eles os auxiliam na inserção no país, se há modificação desses rótulos à medida que passam pelos desafios do processo de migração e refúgio e se (re)constroem identitariamente em um lugar temporário, transitório e definitivo no Brasil (Boa Vista e Barbacena). Utilizamos o discurso dos Gonzalez para refletir, também, sobre como eles são vistos em comunidade.

CAPÍTULO 1

Conhecendo a família Gonzalez

Os eventos políticos e econômicos que sucederam na Venezuela a partir de 2015 afetaram diretamente a vida dos Gonzalez, os quais vivenciaram grandes transformações entre a adolescência e a vida adulta, como casamentos, gravidezes, mudança de casa, pobreza, fome etc. Decisões importantes foram tomadas a fim de manter a família unida e com perspectiva de futuro. A vinda para o Brasil tem uma característica importante, pois, apesar da diferença de idioma, os Gonzalez alimentaram, segundo seus relatos, a imagem do Brasil como um país acolhedor e com muitas oportunidades de emprego.

A vida da família Gonzalez na Venezuela pré-crise

A família Gonzalez é formada por oito pessoas: a mãe Izabel (separada de seu marido, que vive na Venezuela); três filhos, com idades entre 19 e 23 anos, sendo dois rapazes, Rafael e Miguel, e uma moça, Olívia. Rafael é casado com Marina e tem um filho, Juan. Miguel é casado com Roberta e tem uma filha, Maria. As duas crianças têm idades próximas a três anos.

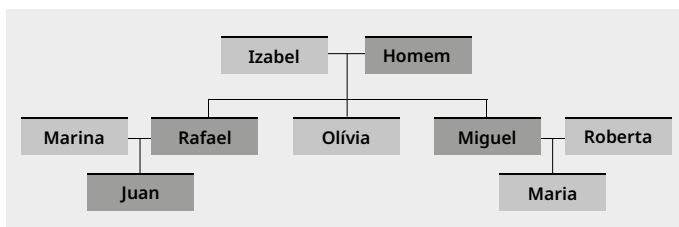


Figura 1: Árvore genealógica da família Gonzalez

Fonte: elaboração própria.



Figura 2: Maturín, cidade natal da família Gonzalez

Fonte: imagem sob licença Creative Commons.²

A jornada da família Gonzalez começou em 2019, quando saíram de sua cidade natal Maturín, no estado de Monagas, para tentar a vida nas minas da Venezuela, o que não durou muito tempo devido às situações perigosas com as quais se depararam. Em razão disso, decidiram enfrentar a travessia para o Brasil carregando consigo apenas o necessário. Esse deslocamento foi feito através de caminhadas e de caronas, que os levaram até Pacaraima, município brasileiro localizado na fronteira com a Venezuela. Tempos depois, chegaram finalmente em Boa Vista, capital de Roraima. Por fim, de lá a família se deslocou para Barbacena, cidade do interior de Minas Gerais.

² Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/blmurch/274832126/>.



Figura 3: Percurso realizado pela família Gonzalez, de Maturín até Barbacena

Fonte: elaboração própria.

Antes da intensificação da crise política e econômica da Venezuela, os Gonzalez viviam, há pelo menos quatro anos, de maneira semelhante a uma família brasileira de classe média baixa no que diz respeito ao acesso razoável a bens de consumo e serviços básicos, como saneamento, educação e moradia. A realidade dos filhos era de estudantes, *status* comum a jovens na faixa etária dos 20 anos. Esse fato mudou

com a chegada da crise econômica, obrigando-os a trabalhar e a amadurecer rapidamente.

No que diz respeito ao campo religioso, liderado pela mãe, a família frequentava uma igreja evangélica, identificando-se, então, como cristã evangélica. Por meio dos relatos, foi possível observar que a estrutura familiar é organizada e conduzida pela mãe, Izabel, mulher de meia-idade, religiosa, que não mediu esforços para buscar um futuro melhor para si, para seus filhos e familiares, ação que culminou na vinda para o Brasil, mas que não se iniciou em solo brasileiro.

Em virtude dos problemas econômicos, Izabel decidiu sair de sua cidade de origem, Maturín – a sexta maior da Venezuela –, e partir em direção ao interior, para as minas de ouro do país, a fim de trabalhar e prover o sustento de seus filhos. Pouco tempo depois, os filhos vão ao encontro da mãe, fato que é contado por Rafael:

A única parte da Venezuela onde a pessoa podia comer mais ou menos bem era uma parte que se chamava Las Minas, lá se trabalhava muito com ouro [...]. Minha mãe depois, quando começou a ver que estava acontecendo muita coisa ruim no país, foi embora pra lá sozinha, começou a trabalhar lá, ela deixava eu e meus irmãos sozinhos em casa, meu irmão começou a trabalhar com outra coisa, eu também, mas não dava, só dava pra comer mais ou menos. Depois [de um tempo] minha mãe falou para mim: “Vamos todos embora para mina, lá a gente consegue morar melhor”. Eu falei para a minha esposa se ela queria ir embora comigo, fazer uma vida comigo. Então ela escapou de sua casa, ela não falou nada para sua mãe.

Algo que nos chama a atenção é que, antes das minas, Rafael era um estudante comum. Todavia, com a chegada da crise econômica em 2015, vê-se obrigado a amadurecer e a ajudar a mãe com o sustento da família. Assim, ao fugir para as minas, depara-se com mais responsabilidades, agora com sua recém-esposa, Marina, que decidiu se desligar de sua família de origem para compor a família Gonzalez. Tal situação acontece também com o irmão Miguel e sua esposa, Roberta.

A permanência nas minas, no entanto, durou poucos meses e se tornou insustentável diante do domínio e do controle da região por criminosos, que andavam armados o tempo todo e controlavam quais pessoas poderiam trabalhar, muitas vezes fazendo ameaças de morte. A necessidade de trabalhar nas minas organizadas por bandidos era a última opção da família de permanecer no país, mas a vida nessa região se tornou instável. Supõe-se, assim, que a ideia de vir para o Brasil – caso a experiência das minas não desse certo – era algo já presente nos pensamentos da família.

O êxodo da família Gonzalez

Em fuga da realidade das minas na Venezuela, os Gonzalez decidiram cruzar a fronteira de Pacaraima, optando pela emigração como seu recurso final. A família veio ao Brasil com a ideia de que poderia recomeçar, encontrar uma moradia, trabalhar e reconstruir suas vidas, uma visão idealizada que é compartilhada por qualquer emigrante. Mas não foi possível que todos saíssem juntos: Miguel e Roberta permaneceram inicialmente na Venezuela, e vieram para o Brasil

apenas Izabel, Olívia, Rafael, Marina e o recém-nascido filho do casal, Juan. Como disse Rafael:

Eu consegui viajar com a minha mãe para o Brasil e ficamos um tempo em Roraima. Ali em Roraima tinha um abrigo para pessoas. Atrás da rodoviária ficava este abrigo, que tinha militares e que cuidavam dos venezuelanos.



Figura 4: Pacaraima, município do estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela

Fonte: imagem sob licença Creative Commons.³

Na travessia, um acontecimento marcou significativamente a história dos refugiados. Rafael conta que seu filho, Juan, nasceu durante esse movimento. Enquanto esperavam carona com outras pessoas que estavam lá há semanas, conseguiram chegar a um hospital, fato que ele enxerga como resposta de sua fé em Deus. Nesse momento, o êxodo da família alcança seu ápice, exatamente quando Rafael e Izabel têm que lidar com a emergência de Marina em trabalho de parto. O bebê nasceu quando cruzaram a fronteira, sendo

³ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/magama/5622329015/>.

assistido por médicos apenas no Brasil. A partir daí, problemas de saúde são recorrentes na família: enquanto passavam pela situação com Marina, Izabel apresentou sintomas de malária, tendo que ser amparada pela filha Olívia:

Então chegamos ali e procuramos também um hospital, nesse momento quando eu cheguei lá. Procuramos um médico, examinaram ele [filho recém-nascido]. O médico nos disse que ele estava muito bem, que não tinha nenhum problema. Aí foi passando o tempo, foi um pouco difícil porque a gente morava numa carpa [barraca] que só cabia uma pessoa. Minha mãe conseguia deitar lá fora, havia muito polvo [poeira], de madrugada sempre muito polvo [...]. Conseguimos depois procurar melhor uma ajuda.



Figura 5: Boa Vista, capital do estado de Roraima

Fonte: imagem sob licença Creative Commons.⁴

Já em Boa Vista, a família foi acolhida em um espaço reservado e administrado pelo Exército Brasileiro. Os Gonzalez

⁴ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Boa_Vista_Roraima_Brazil.jpg.

passaram cerca de cinco meses em tendas nesse espaço, e logo conseguiram os documentos necessários, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF), e deram entrada na solicitação de refúgio para regularizar sua situação migratória no país. Desse tempo, apenas no primeiro mês estiveram no abrigo, porque depois desse período era necessário ceder o espaço para os demais refugiados que não paravam de chegar. O acesso à tenda só foi possível porque estavam com o bebê recém-nascido, de outra forma não seria viável. Assim, obrigados a sair daquele espaço, tiveram que viver nas ruas de Boa Vista. Para garantir a sua sobrevivência, a família contava com o auxílio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Igreja Católica, que enviavam roupas e comida. Como recorda Olívia, “[...] a ajuda sempre vinha da mesma igreja”. Ela também relembra as dificuldades em Boa Vista:

Conversamos com as pessoas e falavam que estavam lá há cinco, seis meses e fiquei louca porque estava há pouco tempo... Aqui não pode conseguir refúgio, é impossível e a gente ficava meses sem trabalho, sem refúgio... Em Boa Vista é difícil a situação, entende? Em Boa Vista se vê de tudo, tráfico de pessoas, de crianças, que desapareciam, porque dormiam nas tendas e as crianças tossiam muito. E assim via muita prostituição, delinquência. Assim como no Brasil há muita gente boa, também tem muita gente má e na Venezuela também é assim e em toda parte do mundo é assim.

De vez em quando, ao andarem pelas ruas da cidade em busca de algo, encontravam alguns boa-vistenses que os ajudavam. Os pedidos de ajuda pelas ruas resultaram no encontro com pessoas que lhes deram materiais de reciclagem e ofereceram algum tipo de trabalho rápido e/ou uma

refeição. Nesse meio-tempo, Miguel, Roberta e a filha do casal, Maria, uniram-se ao restante da família Gonzalez. Apesar da ajuda que obtiveram, relataram também episódios em que sofreram discriminação na cidade. Olívia se lembra de pelo menos duas ocasiões:

Uma vez estávamos na rua e saiu um brasileiro da casa e nos insultou e falou o que nós estamos fazendo, pensando que a pessoa que estava na casa não tinha dado água à gente e disse: Aqui se paga água! Aqui não é Venezuela! E insultou a senhora porque pensou que ela não tinha dado água pra gente. E falou que a Venezuela não tava mal, tava bem e que estavam vindo pra fazer o Brasil passar dificuldade e nos disse tudo. Uma vez estava caminhando com minha mãe e nós perguntamos a hora e um brasileiro nos ignorou e voltamos a perguntar e ele virou e disse: “não falo espanhol” e atravessou para outro lado.

Assim, constatamos que o preconceito e as tensões étnicas, manifestados na discriminação sofrida pelos venezuelanos, consistem em obstáculos a sua inserção, assim como a falta de estrutura e de condições materiais de subsistência, e a dependência da ajuda de terceiros.

CAPÍTULO 2

Identidades e suas contribuições

A forma com a qual os Gonzalez se identificavam permaneceu com eles quando passaram a viver em território brasileiro. A família lutava para que a sua construção identitária, que se iniciou na Venezuela, permanecesse consigo e permitisse o estabelecimento de conexões com os brasileiros. Somado a isso, os lugares pelos quais passaram, suas habitações, o cristianismo, a discriminação, seus trabalhos e suas características de imigrantes e refugiados constituíram uma contribuição fundamental para a escolha de quais rótulos sociais eram privilegiados para divulgação e quais eram deixados de lado.

Rótulos identitários e seu desenvolvimento

Ao discutir os refugiados, é fundamental abordar temas como territorialização e desterritorialização, pois ambos estão ligados aos limites das fronteiras. Segundo Haesbaert (2003, p. 13), o conceito de território é múltiplo e tem três acepções distintas, a saber:

1. Jurídico-política: “visto como um espaço delimitado e controlado onde o Estado exerce seu poder”;
2. Cultural: “visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço”;
3. Econômica: “ênfata a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”.

Essas três visões são dialógicas devido à interação entre elas. Ainda que a forma jurídico-política seja a mais abordada nos estudos sobre território, a cultural, numa concepção de solo que pertence a alguém, está diretamente relacionada à primeira e reforça as relações de poder que são estabelecidas no âmbito territorial. Temos, como exemplo, os lugares sagrados.

Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade de venezuelanos também está vinculada à noção de território, uma vez que, quando passam a viver no Brasil, hibridizam-se a partir das relações com brasileiros e com a língua portuguesa, alargando sua compreensão sobre quem são. Ao mesmo tempo, a identidade construída em território venezuelano permanece, de forma que, ao viverem no Brasil, não deixam de ser venezuelanos, mas a percepção do pertencimento à Venezuela se reconfigura e se remonta a partir da construção de uma nova ideia de território.

Assim, as fronteiras têm se tornado mais flexíveis, que, do ponto de vista imaterial de território, trabalhado por Haesbaert (2003), permitem o livre acesso e a livre circulação das pessoas, bens etc. Dessa forma, a desterritorialização enfraquece os Estados-nações (HAESBAERT, 2003). Em resposta a esse enfraquecimento, alguns Estados têm reforçado a fiscalização de seus territórios, inclusive no que tange à entrada e à saída de pessoas, algo que ocorreu na Venezuela, devido à diáspora migratória, a princípio, e depois em razão da pandemia de covid-19. Haesbaert (2003), ao citar Robert Sack (1986), discorre sobre o poder da territorialidade, que contém a geografia de um lugar e contempla a ordem

criada e mantida. O fechamento das fronteiras, por parte do governo venezuelano, demonstra seu papel no exercício do poder territorial. Essa fronteira geográfica e simbólica, por sua vez, reforça os significados do que faz do venezuelano, venezuelano. Em outros termos, esse território também é simbólico para os venezuelanos, pela noção de um espaço delimitado e ao qual eles fazem parte.

A abertura de fronteiras, com a entrada de refugiados venezuelanos em outros territórios, também evidencia esse poder. O campo de refugiados (ou abrigo) em Boa Vista, organizado pelo Exército Brasileiro, revela a relação de poder exercida no território, no qual as tendas, os cercados e a vigilância reforçam a situação de “refugiado”. Trata-se de um “não lugar”, que Augé (1994) conceitua como:

[...] as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transportes ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1994, p. 36).

Ali, os refugiados somente têm acesso às tendas se migram em família, e permanecem lá por tempo limitado – estabelecido pelo Exército devido ao alto fluxo de pessoas. Terminado esse período, eles passam a viver em situação de rua caso não encontrem outro lugar para morar.

A permissão de entrada em território brasileiro e a documentação que recebem demonstram a autoridade e a ordem exercida pela territorialidade. Além de delimitar o espaço

físico, as tendas e a aglomeração de pessoas funcionam como referenciais simbólicos do que é ser refugiado e representam o oposto do que a família Gonzalez esperava encontrar. Dessa forma, é compreensível buscarem ao máximo se livrar do rótulo de refugiado.

Além dos referenciais simbólicos e materiais que a fronteira agrega ao conceito de território, o autor traz um complemento a essa ideia: tradicionalmente, a noção de território está relacionada aos Estados-nações, que são mutualmente exclusivos e mundialmente integrados, conforme Haesbaert (2003, p. 15). Nesse modelo de território, que é político e identitário, percebe-se o valor dado à terra e à nação, “[...] que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial”.

Contudo, percebendo o conceito tradicional de território como limitado diante das mudanças sociais, a desterritorialização surge como um horizonte teórico a partir da concepção material de território – espaço físico, de um ponto de vista econômico –, configurando um avanço no conceito de localização (HAESBAERT, 2003).

Haesbaert (2003) nos apresenta, ainda, outras visões de desterritorialização, como a que se dá a partir do espaço-tempo, que reduz ou anula as distâncias. Na visão imaterial de desterritorialização, a “ciber-desterritorialização” compete às fronteiras acessadas pela internet, onde não há limitações e as relações não estão mais presas ao concreto.

No que concerne ao estudo conduzido com a família, a mobilidade entre territórios rompe com a ideia tradicional de território e assume a concepção de redes, a partir da qual “[...] os próprios processos de identificação podem se dar no/com movimento” (HAESBAERT, 2003, p. 17). Esse fato é percebido na família Gonzalez, que cria uma comunidade de venezuelanos em Barbacena para além de seus laços familiares.

Na visão culturalista trabalhada por Haesbaert (2003, p. 17), a desterritorialização “[...] é vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais” que, quando não vinculados ao território, tornam-se um “não lugar”.

Esses “não-territórios” culturalmente falando, perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem. Além disso, na construção de suas identidades culturais, cada vez menos estariam participando as referências espaciais ou a relação com um espaço de referência identitária (HAESBAERT, 2003, p. 17).

Quando os Gonzalez se encontram em tendas no campo de refugiados e/ou em situação de rua, fica mais evidente o deslocamento de sua identidade primária territorial, bem como os laços simbólicos e afetivos que encontravam na Venezuela. Esses “não-territórios” não têm significado para eles. A família Gonzalez, ao sair de seu espaço conhecido, aparentemente perde o vínculo de formação da identidade e inicia seu movimento migratório, que inevitavelmente vai colocar em xeque sua identidade territorial e cultural, reconstituída em um outro lugar.

Haesbaert (2003) revela, ainda, a influência do processo econômico nos espaços e nas identidades. No caso dos Gonzalez, trata-se de um grupo desterritorializado que chega ao Brasil e encontra aqui grupos fortemente territorializados e que possivelmente vão agir de forma defensiva ou até mesmo discriminatória ao encontrarem refugiados. Em entrevista, Olívia recorda sua entrada no Brasil, relatando como a ONU recebe os imigrantes e refugiados:

*Passamos ao Brasil dia 26 de janeiro deste ano (2019). E então foi tranquilo, nos deram permissão e a menina da imigração, da ONU, viu que estávamos buscando pessoas, **buscando refúgio**, com criança e aí uma outra menina conversou com a gente, muito legal... Sobre não sairmos sozinhos, ficarmos na parte do refúgio. Nos levaram à parte de refúgio, nos deram comida, nos deram muita coisa, até que esperamos a hora para entrar e entramos. **Tinham muitos refugiados, uma quantidade que me surpreendeu**. E ainda era Pacaraima. Em Boa Vista era nacional e assim foi ficamos três dias no refúgio de Pacaraima (grifos nossos).*

Nesse período, a entrevistada se reconhece como refugiada, pois precisou de refúgio ao adentrar o solo brasileiro, mas, ao falar sobre o deslocamento de venezuelanos para outros países, ela utiliza o rótulo “imigrantes”. Podemos examinar que, como Haesbaert (2003) afirma, na dinâmica de migração, quando estão de saída do território nacional venezuelano, os indivíduos se localizam como “imigrantes”; ao darem entrada nos países de escolha, seu *status* muda para “refugiados”. No caso dos venezuelanos, essa alteração se dá devido ao motivo de saída e da forma com que são reconhecidos pelo país de escolha, como podemos observar no discurso de Olívia:

“Ficamos três dias [em Pacaraima] porque estávamos tirando os papéis de refúgio e não sabíamos como fazer as coisas e ficamos esperando o outro dia para tirar os papéis”.

Os Gonzalez se consideram refugiados apenas no tempo em que estiveram sem trabalho, em campo (tendas), em situação de rua e dependendo de ajuda da ONU e da Aliança de Misericórdia, em Boa Vista. Futuramente, já em Barbacena e aptos para se manterem e garantirem sua independência financeira, deixam o rótulo de “refugiados” e adotam com mais frequência o termo “trabalhador”. Para os que os ajudaram, eles eram vistos como refugiados, uma vez que eram assim registrados no papel, mas também eram caracterizados de tal maneira por necessitarem de ajuda para alimentação, moradia, emprego, entre outros.

Quanto à identidade religiosa, ela conversa, em primeira instância, com o desenvolvimento das identidades, que se dá a partir de processos dialógicos (TAYLOR, 2011), em sociabilidade, através dos quais abraçamos e/ou deixamos de lado alcunhas sociais na busca pela definição como indivíduos. Além de as identidades nos definirem, também somos dependentes delas, como argumenta Appiah:

Primeiramente, as identidades sociais dependem de rótulos para sua existência. Isso porque as pessoas reagem aos outros e pensam sobre si mesmas por meio desses rótulos. Vocês pensam nas pessoas como baianos ou bósnios ou batistas, e então reagem a eles como tais, vocês pensam em si mesmos como brasileiros e fazem (ou não) certas coisas porque é isso que vocês pensam ser (APPIAH, 2016, p. 18).

Com os rótulos, revelamo-nos para os outros e eles são tanto autoproclamados quanto reforçados e reafirmados pela sociedade. A partir deles, reconhecemo-nos e somos reconhecidos. Appiah (2016) ainda declara que a aceitação ou não desses rótulos pelos outros molda nossas identidades, fazendo-nos refletir sobre quem somos. Por exemplo, considerando uma pessoa afro-brasileira que se reconhece como negra numa sociedade em que o racismo é estrutural e em que muitos naturalizam o racismo, tal rótulo será visto com desprezo, o que diminuirá as oportunidades e, em casos extremos, pode ser determinante em termos de vida ou morte (vide os casos de violência a pessoas negras em comunidades). Já para coletividades identitárias como os militantes da causa negra, esse rótulo não somente será aceito, mas também determinante para a inserção nesses grupos. Junto a isso, ser negro é um rótulo que não se pode deixar, ainda que se negue essa identidade, pois o sujeito assim será reconhecido em sociedade. No caso da família venezuelana que estudamos, o rótulo de venezuelano, em território brasileiro, assim como o de refugiado, é visto, em sua maioria, com desprezo e com medo por parte dos brasileiros, que se sentem ameaçados pela sua presença no país. Tal questão levanta o pressuposto de que a família Gonzalez utiliza o rótulo de “refugiada” em poucos momentos para se definir por medo do desprezo social. Em vez desse rótulo, prefere o de “imigrante”, que parece ser mais aceitável socialmente.

Dando sequência à concepção de Appiah (2016) sobre rótulos, como segunda dimensão temos as normas de identificação e de tratamento, acrescentando à identidade a característica normativa que aponta como as pessoas devem se comportar

e o que se espera delas. A família Gonzalez, ao se identificar e se confessar publicamente como cristã, demonstra uma norma de comportamento que gera expectativa em outras pessoas, a exemplo de virtudes como honestidade, integridade, bondade e responsabilidade, além do fato de serem trabalhadores esforçados, terem bom comportamento, moralidade, obedecerem às leis e serem conservadores, entre outras características. Tal fator pode ser considerado relevante para a aceitação deles na sociedade brasileira, ainda que façam isso de forma inconsciente.

A terceira dimensão provém da segunda, isto é, do entendimento das identidades como essencialmente subjetivas. De acordo com Appiah (2016, p. 19), essa dimensão da identidade expõe que “[...] uma razão pela qual [as pessoas] agem como agem é que são motivadas pela ideia ‘tenho razão em fazer algo porque sou um’”. Assim, o imaginário ligado à conduta cristã parece garantir um comportamento exemplar no trabalho e na vida, o que constitui um mito, visto que ser cristão não implica exemplaridade cidadã. Dessa forma, os membros da família Gonzalez supõem que, por pensarem e agirem segundo uma moral cristã, seriam aceitos e bem recebidos pelos brasileiros, nativos de um país de maioria cristã.

As identidades religiosas, por exemplo, realizam isso de maneira óbvia: ajudam a constituir comunidades de pessoas que podem apoiar-se umas às outras na busca de metas que compartilham como membros daquela religião (APPIAH, 2016, p. 22-23).

Por partilharem os mesmos valores que os cristãos brasileiros, esperam receber ajuda de seus pares e aceitação como parte desse grupo identitário, visto que os cristãos exercem uma solidariedade entre si, o que não necessariamente acontece com outras pessoas necessitadas de fora desse grupo.

Essas três dimensões reforçam a ideia de que as identidades são socialmente construídas, como Appiah (2016) conclui, que estão em constante desenvolvimento e são imprescindíveis para a construção da vida nas esferas pública e privada. A dimensão religiosa articula o público e o privado, pois pode ser exercida na intimidade e nas expressões públicas de fé. No caso dos Gonzalez, a esfera pública da identidade cristã se evidencia pelo fato de provavelmente terem escolhido o Brasil também por ser um país que, num primeiro momento, reconhece esse rótulo como comum. Se o país de escolha fosse outro, de maioria não cristã, provavelmente esse rótulo seria reduzido ao âmbito privado.

Appiah (2016, p. 29) afirma que algumas das identidades religiosas se movimentam para a solidariedade porque “a associação religiosa quase sempre requer mais do que a crença”, ou seja, há outros fatores além do ato de crer em determinada fé que fazem com que pessoas sejam aceitas. Esses grupos terão regras de comportamento associadas, podendo a solidariedade estar presente ainda que de forma frágil, pois não é exclusiva de grupos identitários religiosos. O rótulo de “cristã” também foi importante para o processo de deslocamento da família de Boa Vista para Barbacena, já que, por causa da sua identidade religiosa, os integrantes se aproximaram e buscaram ajuda da organização missionária

Aliança de Misericórdia, um movimento eclesial da Igreja Católica, presente em mais de 50 cidades no Brasil e em sete outros países, de acordo com informações no *site* da comunidade.⁵ A missão prontamente os ajudou, inclusive indicando a cidade de Barbacena como ideal para ser o lugar definitivo da família, justamente por se localizar no interior e ser menor do que uma cidade como São Paulo, por exemplo.



Figura 6: Barbacena, município do estado de Minas Gerais

Fonte: imagem sob licença Creative Commons.⁶

A igreja dava ajuda, faziam campanhas, “La consulada” era famosíssima. Ajudava muita gente. E então, a Aliança de Misericórdia chegou a esta igreja e fizeram campanha e levaram um tempo fazendo campanha na rua, fazendo propaganda e depois, uma vez, fomos à igreja

5 Aliança de Misericórdia. Disponível em: <https://misericordia.com.br/a-a-lianca-de-misericordia/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

6 Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pra%C3%A7a_dos_Andradas_com_igreja.jpg.

e nos deram tudo: leite, sorvete, deram comida, a gente podia repetir, havia gente repetindo muito! Então havia de tudo, foi muita gente pra lá, tinha colchão inflável para as crianças brincarem e foi bem cherry, e nesse tempo nos deram roupa, de tudo, escova, muita coisa. Então, minha mãe e eu soubemos disso [de pessoas que eram ajudadas para irem para outras cidades] e nós pedimos essa ajuda. Nos deram os papéis e foram organizando em tendas. Geralmente a pessoa que está em Boa Vista tem família e fica lá e não quer sair, entende? (Olívia)

Por causa da identidade cristã, a família pôde encontrar a ajuda de que precisava. Apesar de terem sido acolhidos por uma denominação cristã diferente da sua, não deixaram de se autoidentificar como “evangélicos”, fato que podemos verificar com Olívia, que, ao ser perguntada em entrevista sobre sua identificação religiosa e se teve dificuldade em aceitar ajuda de uma outra denominação, respondeu da seguinte forma:

Nós sabemos a nossa religião. Esse é um ponto que respeito: o culto de cada pessoa, entende? Brasil é um país bastante católico e os venezuelanos são em grande maioria evangélicos e há outros que são católicos também. Nesse ponto cada tem sua mentalidade e preferência e então, como te explico? Nós sabemos sim o que é a Igreja Católica e que tem sua religião, sabemos o que tem e o que não tem e também assistimos na igreja católica e aqui [Barbacena] também em outra igreja católica, conheço também outra igreja de outra religião, entende? Aí vai da preferência de cada pessoa e sermos ajudados pela Igreja Católica pra mim é como, por exemplo, da mentalidade de cada pessoa, nossa mentalidade não mudou. Por exemplo, como te explico? Nós fomos ajudados pela católica, mas poderíamos, por exemplo, ter sido pela igreja evangélica, entende? Me parece que o país Brasil é bastante católico, a maioria das igrejas é da parte católica, me entende?

O entendimento e a herança religiosa são construídos na família de forma geracional, desde a avó, que levava os filhos à igreja na Venezuela, Isabel, que ensinou aos filhos sobre sua fé, até os netos da matriarca, que também são levados à igreja desde pequenos. Rafael nos conta que o período em que ficaram nas minas foi importante para a sua fé, de forma que as dificuldades os fizeram acreditar mais em Deus.

Ao se estabelecerem em Barbacena, logo procuram uma igreja com a qual se identificassem. No momento em que encontram moradia e emprego, enxergando-se como “trabalhadores” e “independentes”, tomam a decisão de deixar a ajuda e a presença nos cultos da Igreja Católica para seguirem a denominação evangélica, que conhecem e professam desde a Venezuela. *“Quando chegamos aqui, e como te dissemos, temos nossa preferência – a Igreja Evangélica –, estávamos buscando igreja e nós queríamos uma igreja que tivesse o mesmo clima”*, afirma Olívia.

Discriminação e o medo social

Ser venezuelano faz parte da identidade dos Gonzalez e funciona, socialmente, como um rótulo a partir do qual esses sujeitos são lidos. Como vimos anteriormente, os venezuelanos são o terceiro grupo que mais procurou refúgio nos últimos anos, segundo a ONU, de modo que o vocábulo “venezuelano” está intimamente ligado à ideia de “refugiado”, o que pode imputar desprezo e discriminação por parte de oriundos dos países receptores. Em se tratando da família e do Brasil, ao se revelarem – ou serem reconhecidos

como – venezuelanos, são vistos de forma oposta ao que esperavam: serem acolhidos pelos brasileiros. Sobre isso, Rafael diz:

Mas o que acontece é que os venezuelanos que chegaram primeiro lá em Roraima chegaram muitas pessoas ruins. Por exemplo, hoje é muito difícil viajar para outro lugar, é muito difícil viajar pra cá [Brasil], porque acontece que antes as pessoas ruins fizeram muitas coisas ruins, aí pegavam pessoas inocentes e roubavam tudo delas, então quando chegava uma pessoa boa, pessoa com família que precisava de verdade de ajuda, já não pegavam ninguém. Depois fizeram uma limpeza, uma limpeza entre família boa e pessoas ruins, por exemplo, as pessoas ruins, quase nenhuma delas tinha família e são homens, homens grandes [adultos] que não faziam nada, só gostavam de ficar na rua, fumar cigarro e depois de madrugada, roubar. Então depois levaram as famílias boas para um abrigo, deram ajuda, leite para os filhos e um pouco de comida, só a do dia.

Olívia, sua irmã, ao conversar com uma vizinha brasileira de sua patroa em Barbacena sobre a situação de migração de venezuelanos, relata:

“Mas tem muito venezuelano lá em Roraima”, disse a vizinha. Começamos a conversar e disse que sim, que havia muitos venezuelanos e ela me disse em uma parte que tínhamos que entender que havia muitos venezuelanos e muitas pessoas ruins e eu disse que há muita gente má e boa em todo o mundo e ela disse que esses grupos querem vir pra cá e fazer coisas ruins e aí me disse que você tem que compreender, como se tivéssemos que compreender que temos chegado muitos em Boa Vista e que temos a oportunidade de estar no Brasil e ter medicina e disse em um momento, em que me alterei um pouco, porque me disse que tem muita gente má e que vem tirar a oportunidade dos brasileiros, de trabalho e eu disse: mas você sabe que Santa Helena [Venezuela] é 3 vezes menor que Boa

Vista, muito pequena e imagino que lá tem muito brasileiro. E me disse: “Não me queixo do povo venezuelano, vocês são pessoas muito legais”. E disse: “Santa Helena é muito pequena e quando eu estive lá vi muito brasileiro” e uma parte que escutei em Santa Helena que o brasileiro disse que éramos tudo morto de fome e que vínhamos ao Brasil para pedir comida, entende? Então na verdade, te digo que há muita gente e no tempo também que Venezuela estava boa, muita gente ia comprar plástico, porque em Santa Helena há muito, não sei se tem indústrias, o que acontece, mas tem muito brasileiro que compra plástico.

Tais relatos reforçam a ideia de que, ao se tornarem refugiados, os venezuelanos passam a sofrer discriminação, independentemente de seu caráter e de sua personalidade. Esse preconceito também se estende a grupos de imigrantes, que há muitos anos sofrem com esse desprezo no Brasil, questão comprovada inclusive por meio das políticas públicas de imigração (WERMUTH, 2020). Appiah (2016) diz que a identidade assume um papel importante ao mediar a reação das pessoas com as outras, e essas reações podem ser tanto de desprezo quanto de respeito. Os Gonzalez têm experiências múltiplas nesse sentido. Em alguns momentos, sentiram-se desprezados, em outros, foram respeitados e acolhidos pelos brasileiros.

É provável que, devido a esses momentos em que são reduzidos a uma ideia negativa sobre parte de sua identidade, os Gonzalez buscam mudar seu *status* de refugiados, algo oposto ao que acontece quando se identificam como cristãos, recebendo respeito e acolhimento. Ainda que existam leis que assegurem os direitos dos refugiados e o *status* de cidadãos, eles encontram desafios, já que tal proteção não impede que parte da população tenha uma visão amedrontada sobre

eles. Segundo Fernando Nogueira Dias (2006), o medo social faz o desconhecido virar um possível inimigo e é fruto das relações de poder em desequilíbrio, com atores que se beneficiam e com os que se sujeitam, que se deixam dominar. Essa emoção existe pela perpetuação de uma ordem, tendo diversas expressões, formais ou não, eficazes em um meio social. O medo de que os refugiados roubem algo, como oportunidades, dos brasileiros é evidenciado nos relatos dos entrevistados, como quando Olívia e sua mãe ouvem de um brasileiro que devem retornar ao seu país de origem. Sayad (1998, p. 21) coloca que a imigração é uma “provação para a ordem nacional”, ou seja, os brasileiros, em sua instância individual, coletiva e até governamental, se veem na urgência de lidar com algo que mexe com seu *status quo* e os coloca numa posição de proteger seus interesses, que, para Sayad, são mais simbólicos do que materiais.

Apesar de sofrer com preconceitos, a família encontrou brasileiros em seu caminho que a ajudaram e a acolheram, como relata Rafael sobre a ajuda que recebeu de uma moradora de Boa Vista:

Fomos embora, chegamos lá em sua casa, ela estava um pouco apressada, porque ela tinha que ir para uma festa, então ela pegou de novo R\$ 50,00 e depois ela foi embora. Nós fomos embora também e passamos perto dessa casa, que já haviam falado pra nós, pra pegar depois [as latinhas para vender e conseguir um dinheiro]. Eles deixaram que nós pegássemos todas as latinhas do solo. Depois eu olhei e ela estava nessa festa. Aí ela falou: “Eles são venezuelanos, eles são meus amigos”. E todo mundo começou a falar: “Ah, são venezuelanos e têm filho”. Aí todo mundo começou a carregar ele, assim ó [gesticula como se carregasse uma criança no colo]. Pegamos muitas latinhas também nessa

festa e depois eles nos deram uma carona para onde nós morávamos. Depois ela falou: “Onde você mora?”. Ela se deu conta de que morávamos na rua. Aí ela falou: “Vou procurar um aluguel pra vocês, vou arrumar uma cama, qualquer coisa pra que vocês morem melhor. Vou procurar um trabalho também pra você. Pra que vocês consigam depois escalar e melhor morar”.

Logo após esse evento, parte da família teve a oportunidade de se mudar para Barbacena. Primeiro foram Olívia e sua mãe, depois, o seu irmão Rafael com sua esposa e filha. Miguel e sua família foram os últimos a se mudarem para a cidade. Buscando compreender como ele enxerga sua estadia no Brasil e se há desejo de retornar à Venezuela, Rafael afirma:

Olha, essa é uma pergunta muito difícil. Eu nasci lá, mas apesar de pouco tempo que eu estou aqui, eu gosto muito de como é a cultura, como são as pessoas, como é a vida daqui. Meu irmão fala pra mim: “Você quer voltar pra Venezuela algum dia?”. E eu faço também a mesma pergunta para ele, eu faço a pergunta para a minha mãe, mas todo mundo fica assim, como, não sei, porque é um pouco difícil. Porque Brasil é muito bom, mas lá na Venezuela o que faria com que voltássemos seria a família [que deixaram lá].

Sayad (1998, p. 20) demonstra que essa dualidade de Rafael faz parte de uma dupla ficção: “a ficção de uma volta que se sabe impossível e a ficção de uma naturalização ambígua”. Aqui, evidencia-se, também, a transformação do lugar provisório em duradouro, a ponto de trazer dúvidas sobre as possibilidades de futuro. Haesbaert (2003) explica, versando sobre migração, que o sentimento de casa e de ajudar seus

semelhantes que os deslocados têm não representa um processo de desterritorialização, porque as redes de relações facilitam a construção de novos territórios. Rafael está em um momento de inserção e reconstrução em que vê o Brasil, e mais especificamente Barbacena, como casa duradoura e, até certo ponto, melhor do que a Venezuela. Essa acolhida é estendida a outros venezuelanos refugiados que também chegam à cidade por intermédio dos Gonzalez, formando a rede da qual trata Haesbaert.

Abdelmalek Sayad (1998), em seu livro *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, afirma que a imigração vive uma dupla contradição entre um estado provisório prolongado e um estado duradouro com sensação de provisório. Dessa forma, o imigrante, que sofre dessa duplicidade, é somente percebido no seu caráter provisório, porém procura permanecer nos países de escolha de forma duradoura. No que tange à família Gonzalez, esse caráter provisório se evidencia na transição para o Brasil, que foi difícil e que por muitas vezes trouxe dúvidas sobre a decisão de vir para solo brasileiro devido aos desafios encontrados, juntamente com a incerteza da mudança, por não saberem se conseguiriam se instalar e reconstruir suas vidas. Ao alcançarem seus objetivos em Barbacena, a permanência é vista com outros olhos; no entanto, quando refletem sobre seu país de origem, sentem dúvidas sobre seu futuro. A família vive uma dualidade entre querer se tornar venezuelano-brasileira e continuar a reconstrução de suas vidas e identidades no Brasil ou retornar ao seu país de origem no futuro. Esse conflito talvez se dê pela rápida saída da Venezuela, em um contexto no qual se sentiram obrigados a tomar tal decisão; num momento melhor,

compreendem que retornar pode ser uma opção. Nesse sentido, tanto o Brasil quanto a Venezuela significam “casa” para a família Gonzalez.

Rótulos identitários e as relações entre imigração, trabalho e habitação

A crise política, econômica e humanitária na Venezuela fez com que milhares de venezuelanos saíssem de seu país e se deslocassem para países próximos, como o Brasil. Esse processo de migração é explicado por Haesbaert:

As migrações contemporâneas se manifestam na forma de diáspora quando: primeiro têm origem em fenômenos drásticos de expulsão ou **crises muito agudas**. Sejam elas de ordem **política**, cultural ou mesmo, mas nunca exclusivamente, **econômica**: segundo promovem laços muito intensos de relacionamento entre os migrantes, tanto com a área de origem como entre as áreas de migração em diferentes pontos do globo: o que mantém esta coesão é, principalmente, **uma forte identidade étnica ou nacional**; e, terceiro, manifestam uma **densa rede de relações econômicas e culturais** que repercute numa rica vida associativa interna à rede da diáspora, cuja duração se estende por várias gerações (HAESBAERT, 2003, p. 19, grifos nossos).

No caso da família Gonzalez, a diáspora foi motivada pela crise venezuelana, que acarretou desemprego e pouca perspectiva de futuro. Pelo fato de ter passado pelos desafios e dificuldades de migrar, a família teve a postura de ajudar outros venezuelanos que estavam em Boa Vista a saírem de lá e encontrarem oportunidades em outros lugares, como Barbacena, abrindo sua casa para receber outras famílias.

Essa ação pode ser oriunda do sentimento de empatia e solidariedade com seus pares, detentores da mesma identidade – “venezuelanos”, “refugiados”, “cristãos” etc. Haesbaert continua sua conceituação afirmando que essas pessoas migram para lugares em que já existe uma rede de acolhimento identitária, e que por isso sofrem um processo diferente, aparentemente menos hostil em comparação com os que chegaram primeiro. O acolhimento que a família Gonzalez oferece para outras famílias venezuelanas facilita essa “reinvenção do lar”, como podemos observar no relato de Rafael:

Eles [Aliança de Misericórdia] ajudaram muito minha mãe, conseguiram arrumar uma casa pra ela, que ela só paga água e luz, mas aluguel, não. Como uma ajuda, entende? Depois procuraram um trabalho para a minha mãe lá na Rivelli⁷, aí minha mãe começou a escalar, as coisas começaram a ficar cada dia melhor. Minha mãe sempre falava para a minha esposa [que estava em Boa Vista/RR]: “Olha, eu estou trabalhando agora, estou falando com uma igreja também para ver se eles ajudam, para que você venha embora para cá”.

Os Gonzalez, além de refugiados, são imigrantes, e como tal, o rótulo de “trabalhadores” é mais presente no discurso devido ao simbolismo de independência e autonomia que promove. Enquanto moradores e cidadãos da Venezuela, eles tinham o rótulo de “trabalhadores”. No deslocamento para o Brasil, tornaram-se imigrantes e refugiados, ao passo em que procuravam se tornar, novamente, trabalhadores. A justificativa de virem ao Brasil em busca de trabalho confirma

7 Empresa aviária de Barbacena/MG.

esse rótulo, que pode demonstrar para a sociedade brasileira seus objetivos e desejos no país, diferenciando-os dos “maus venezuelanos”, dos que “vêm para roubar”, como eles mesmos relatam. Assim, identificando-se como imigrantes e trabalhadores, veem sua presença fundamentada e localizam a possibilidade de se tornarem cidadãos brasileiros, pessoas com direitos e deveres garantidos pelo Estado brasileiro.

Sayad (1998, p. 54-55) conceitua que um imigrante é, *a priori*, uma força de trabalho temporária. Para o autor, ser trabalhador e imigrante é um pleonismo, pois migra-se com a intenção e motivação de trabalhar, e a estadia no país está diretamente ligada a isso; não somente como atividade, mas também como razão de existência. Esses trabalhos são considerados “trabalhos para os imigrantes”, que, por serem temporários, podem ser revogados a qualquer momento, de forma que, desaparecendo “o trabalho para imigrantes”, desaparecem os imigrantes. O que Sayad conclui é que o imigrante, enquanto desempregado, vê-se diante de um paradoxo, já que sua presença está ligada ao trabalho. Quando ele termina, o que o imigrante se torna? Os Gonzalez vieram em busca do trabalho, mas demoraram meses para conseguir um emprego, de forma que o que sobrava para eles era o rótulo de refugiados e tudo o que vinha incutido nesse símbolo.

Essa dualidade entre imigrante e trabalhador pode explicar por que os entrevistados preferem usar o termo “imigrante” a “refugiado”. Este último conceito carrega em si o pressuposto de que um refugiado necessita da ajuda de terceiros, no caso, do país para onde ele migra, enquanto o imigrante

está intimamente ligado ao trabalho. No entanto, conceitualmente, o motivo da saída da família está relacionado à questão política e econômica de seu país, caracterizando-os como refugiados. O trabalho é a justificativa para a imigração, como pontua Sayad, trabalho esse que é adotado pela família, porém, para a sociedade que os recebe, eles são percebidos e rotulados como refugiados. Por causa dessa duplicidade de identidade e com efeito didático, caracterizamos a família Gonzalez como “imigrantes-refugiados”.

Analisando a história contada pelos entrevistados e visando expandir o conceito de refugiado, percebemos que a classificação de refugiados e a justificativa da sua migração os categoriza mais especificamente – ainda que a convenção de 1951 da ONU não verse sobre essa expansão do conceito – como “refugiados econômicos”, que Paulo Borba Casella (2001) define como pessoas que não encontram, no seu país de origem, o suprimento de suas necessidades. O *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado* (2011) revela que as medidas econômicas do país podem comprometer a vida dos cidadãos, sendo forçados a migrar para satisfazer suas necessidades em outro lugar, visto que em seu país isso não é possível (CUNHA, 2008). Adicionalmente, esse fator está comumente ligado a motivos políticos, que agem de forma indireta. Isso é perceptível nas entrevistas quando os Gonzalez revelam sua oposição às decisões políticas do presidente Nicolás Maduro.

Ao conversar sobre o motivo de saírem da Venezuela, Rafael explica:

*A gente não sai da Venezuela para entrar em Boa Vista para algo pior, você sai para **mudar de vida, conseguir um trabalho**, para suprir, me entende, tem muitas pessoas que não aguentaram a situação em Boa Vista, de passar fome e morar na rua, só ter o almoço, passar fome, dormir na rua, passar tanto problema, muita gente chorando... Nesse tempo em que estava Maduro fechou a fronteira, porque eles estavam passando comida pra ajudar e Maduro fechou a fronteira aí o governo não deixava nem entrar nem sair. Muita gente ficou mal, chorando, que saiu da Venezuela, que Boa Vista era outra coisa, que **não tinha trabalho**, que não era assim, que Venezuela era melhor (grifos nossos).*

Ele ainda fala sobre sua situação em Boa Vista:

*Estou precisando de um trabalho. **O que vai fazer um imigrante de outro país pra cá, ficar parado?** Fica um pouco ruim, entende? Porque aí tem que pagar água, tenho que pagar luz, então eu queria ajudar a minha mãe também, quero pagar tudo para o meu filho, não quero que falte nada. Então para conseguir tudo isso tem que conseguir primeiro um trabalho.*

Eu tinha muito tempo morando na rua, eu queria trabalhar, eu queria ir embora dali [Boa Vista]. Lá é muito difícil procurar um trabalho, porque tem muito venezuelano, lá emprego é muito fraco (grifo nosso).

Mesmo que Rafael se enxergue como imigrante por auto-proclamação, não percebe ou não admite que sua condição é de refugiado. A respeito da transição de imigrantes para outra condição social – que, no caso de Rafael, era de desempregado e refugiado –, Sayad (1998) elucida que o acesso a novos espaços tira o peso da definição primária que recebem, chegando ao ponto de questionarem o que neles ainda existe de imigrante. Depois de tanto tempo nas ruas e nesse “não

lugar”, não eram imigrantes, pois não tinham o trabalho que justificava sua presença, nem se reconheciam como refugiados, apesar de serem caracterizados como tal. Precisavam de um novo lugar que trouxesse outra definição para eles. A partir de Sayad (1998), é possível afirmar que o desejo de ser mais que imigrante e, nesse caso, também refugiado, vem da família e de parte da sociedade boa-vistense. Não existe a pretensão exclusiva de serem trabalhadores para assegurar a sobrevivência, mas também a simbologia por trás da aceitação e o possível afastamento de outros rótulos indesejados. Isso pode estar no inconsciente de Rafael quando ele aborda a necessidade de conseguir um trabalho. No entanto, essa ideia de que o trabalho justifica a presença dos imigrantes na sociedade de imigração – no caso dos Gonzalez, o Brasil – é algo que Sayad (1998) chama de ilusória, pois o trabalho não é o final da condição de imigrante; os problemas associados a ele continuam com ou sem trabalho.

Podemos afirmar que o trabalho complementa a nossa identidade como indivíduos em uma sociedade capitalista. Quando somos perguntados “Você é o quê?”, trata-se de um questionamento voltado à ocupação, o que fazemos, que é vinculado à ideia de quem nós somos justamente porque a profissão é um dos rótulos da nossa identidade, que simboliza algo para a sociedade. Se um indivíduo se apresenta como médico, tal profissão simboliza algo para quem ouve: imagina-se alguém estudioso, confiável, que ganha bem, de uma classe social média ou alta, que é majoritariamente branca. Por outro lado, se um indivíduo se apresenta como faxineiro, imagina-se alguém que não estudou o suficiente, que vem de uma classe social baixa, majoritariamente negra. Rafael e Olívia eram

estudantes na Venezuela; Rafael estava se preparando para fazer faculdade de administração e Olívia estava no ensino médio. Sendo uma família de classe média, eram aceitos na sociedade venezuelana. Quando vieram ao Brasil e experimentaram a realidade de imigrantes-refugiados, vivendo nas ruas de Boa Vista, encontraram o trabalho de catadores de latinhas como meio para sua sobrevivência. Sayad (1998, p. 115-116, grifos nossos) complementa esse raciocínio:

Trabalhar tende a se identificar e a ser completamente identificado com viver porque, na situação de restrição social na qual o “melancólico” se refugia, **o trabalho obriga a viver e não só permite viver**. Desse ponto de vista, ele tem uma função literalmente vital, **uma função salvadora**, quando não terapêutica [...].

O trabalho informal de catador de latinhas desempenhou para Rafael uma função lida por ele como salvadora. Diante disso, ele conta sobre uma experiência positiva com uma moradora de Boa Vista:

Eu saí um dia a procurar uma ajuda, toquei uma porta e não saiu ninguém. Depois eu olhei um lixo, um dia, estava procurando uma latinha, nunca olhei [não tinha visto] que havia câmara, não vi isso, eu estava procurando e de nada abriu um portão elétrico, automático, me deu muita vergonha [risos] e eu saí caminhando. Veio uma moça. Aí depois, ela falou pra mim: “Oi. O que você estava fazendo aqui?”. Eu falei para ela: “Não... Eu só estava procurando aí no lixo... Pra olhar alguma latinha, qualquer coisa que tivesse aí”. Então ela falou: “Você está precisando de uma latinha? Olha, chega aqui ó” E perguntou: “Ela quem é?”. Eu disse: “Ela é minha esposa”. Ela falou: “Ah! E tem filho também”. Então ela: “Passem pra cá dentro”.

A pergunta da moça para Rafael continha um significado indireto – “quem são vocês?” –, e a resposta de Rafael demonstra que a sua ocupação simbolizava, socialmente, “quem ele era” naquele momento. A abertura da brasileira para o diálogo fez com que os dois estabelecessem uma espécie de transição: para além das aparências – refugiado, venezuelano etc. –, ela pôde vislumbrar uma família que estava passando por um momento de necessidade.

A concepção social de “pessoas em situação de rua” também é atribuída à família Gonzalez, independentemente de sua escolha. As experiências vividas pelos irmãos reforçam o desejo de buscar um trabalho que traga significado diferente do que os caracterizou durante o período em que viveram nas ruas e que os aproximava dos problemas associados aos refugiados.

Sayad embasa essa hipótese ao afirmar que

[e]stá no estatuto do imigrante (estatuto ao mesmo tempo social, jurídico, político e, também, científico) e, por conseguinte, na própria natureza da imigração, só poderem ser nomeados, só poderem ser captados e tratados através dos diferentes problemas a que se encontram associados – problemas que se devem entender aqui no sentido de dificuldades, distúrbios, danos etc., mais do que no sentido de problemática constituída de forma crítica em relação a um objeto que cria necessariamente um problema e que, característica esta que lhe é própria, existe apenas, no limite, graças aos problemas que coloca para a sociedade (SAYAD, 1998, p. 15).

Segundo reportagem do Portal Roraima 1, que apresenta dados de 2022 da Organização Internacional para as Migrações (OIM), a maioria venezuelana entre pessoas em situação de rua em Boa Vista é um problema associado aos refugiados e criado com a falta de espaço nas tendas do abrigo, assim como a grande movimentação de refugiados venezuelanos que adentram as fronteiras brasileiras. São indivíduos que estão sempre em deslocamento territorial, tanto entre os países de origem e de imigração quanto dentro do país de escolha – no caso dos Gonzalez, o Brasil. Sayad (1998) aponta que esse deslocamento também é social, político e cultural. Afinal, os Gonzalez estão se adaptando a uma nova realidade em que até o idioma é diferente.

Na busca por um emprego e no vislumbre da possibilidade de sair das ruas, Rafael consegue uma entrevista, é escolhido e recebe uma proposta de emprego, fato que ele relata a seguir:

Então eu estava fazendo essa entrevista, fiz a primeira entrevista, a segunda seria no dia seguinte. Então eu falei pra minha mãe que se desse certo, e eu conseguisse o trabalho, eu não ficaria mais esperando [ajuda dela para ir a Barbacena], mas esse trabalho era só para homem, minha esposa não poderia ir comigo. A mulher da entrevista perguntou se eu sabia que eu teria que trabalhar lá [em Mato Grosso do Sul] e depois que eu trabalhasse três meses que eu poderia levar minha esposa. Eu falei que estava precisando muito de trabalho então eu falei que sim: “Estou consciente de tudo”. E deu certo graças a Deus. Então eu viajei 4 da madrugada, falei para minha esposa que ia trabalhar lá e depois ia pedir para levá-la também. Aí eu viajei e minha esposa me falou depois, outro dia: “Tua mãe ligou para mim, ela falou que comprou passagem”. Ela comprou passagem, mas eu já estava viajando antes,

ficou um pouco difícil, porque eu já estava viajando, mas eu falei para a minha esposa ir. Era melhor do que ela ficar lá [em Boa Vista] sozinha com meu filho. Então ela viajou com meu irmão, minha cunhada, eles três mais meu filho e o filho do meu irmão também.

Esse acontecimento, em que Rafael é separado de sua família devido à oportunidade de ser um trabalhador, coloca-o em situações nas quais ele questiona outros aspectos de sua identidade: os de marido, pai, filho e irmão.

Quanto ao restante da família, ao chegar a Barbacena, parte dos parentes foi acolhida em um abrigo da Aliança de Misericórdia, que, por meio de seus contatos, conseguiu um emprego para Izabel e para Olívia. A partir desses trabalhos, foi possível trazer o restante de seus familiares. Graças ao fato de terem migrado em família, logo adquirem uma moradia, cujo aluguel e outras despesas são arcados pela Aliança de Misericórdia. Assim que os outros familiares conseguem emprego, a família Gonzalez decide alugar outro espaço em que possam viver em grupos menores e receber outros refugiados venezuelanos. A partir desse momento, eles deixam de receber ajuda da Aliança de Misericórdia, pois encontram uma outra comunidade de fé – de denominação evangélica, com a qual se identificam desde a Venezuela – para congregarem e que os auxilia.

O fato de poderem se manter financeiramente, ainda que dependendo de alguma ajuda da igreja, demonstra que o *status* de “refugiados”, da forma que enxergavam, simbolicamente não lhes pertencia mais. Essa situação se revela na independência que adquirem ao trocar de habitação, a qual

podem (re)territorializar de acordo com suas identidades culturais e experimentar a liberdade de escolha, e ao mudar de congregação religiosa, aproximando-se da realidade que viviam na Venezuela. Eles encontram na igreja evangélica um pertencimento e um reforço na identidade de “evangélicos”. Agora, como “trabalhadores”, poderiam reconstruir suas identidades.

Trataremos de destacar a jornada de Rafael, que traça um rumo diferente para Barbacena, fazendo uma parada em Dourados/MS, onde ele aceita a proposta de emprego. Para isso, retornamos ao conceito de Sayad (1998, p. 109) sobre a legitimação e definição que o trabalho dá ao imigrante, uma vez que “lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença”. Entretanto, ainda segundo o autor, as relações de trabalho podem trazer à pessoa imigrante sentimentos como os de infelicidade e estresse, além de promover uma sensação de ausência, visto que reforçam seu vínculo a outro lugar, próprio da condição de emigrante. Essa situação gera certa culpa em Rafael. Antes, sentia-se culpado por não ter um trabalho e não dispor de recursos financeiros para prover sua família (esposa e filho). Nesse segundo momento, a culpa é de ter que deixá-los para trabalhar em um outro estado.

Sob essa perspectiva, Sayad (1998) também discorre sobre a vantagem que as empresas encontram na contratação de mão de obra imigrante, que o autor vai chamar de “mão de obra de substituição”. No caso que tratamos, além de imigrante, a mão de obra também é refugiada e, portanto, mais suscetível e vulnerável a essas propostas de emprego, vistas como oportunidades inegáveis, como aconteceu com

Rafael. Essas vantagens, conforme são concebidas pelas indústrias, partem do baixo custo financeiro necessário para manter um empregado refugiado, pois a disposição e pressa dos venezuelanos em trabalhar os torna menos exigentes em questões salariais. Além disso, por serem estrangeiros, possuem menos informações sobre direitos trabalhistas no Brasil, o que acentua sua vulnerabilidade.

Assim, Rafael se mudou para Dourados e começou a trabalhar na JBS.⁸ Durante o tempo em que ficou lá, Rafael dividiu um apartamento com outros refugiados venezuelanos. Dessa experiência, ele relata:

Quando todos nós venezuelanos chegamos lá, chegamos com uma ajuda. Porque lá em Roraima tem muitas pessoas que estão sem trabalho, aí essa empresa ajudou os venezuelanos e os levou lá para que trabalhem e assim fiquem um pouco melhor. Agora estão 470 venezuelanos lá. Então, uma coisa que eu posso falar com certeza, que venezuelano gosta de trabalhar. Eu fui o terceiro lote que foi pra lá. No primeiro lote foram 90 venezuelanos e falaram que se 90 venezuelanos dessem certo, “depois vamos trazer mais”. Então chegaram 90 venezuelanos primeiro, aí deram certo, todos. Os venezuelanos gostaram de trabalhar nessa empresa, a empresa gostou de como trabalham os venezuelanos, depois levaram outro lote mais e o terceiro lote que eu estava. Eu gostei de trabalhar lá, é muito bom trabalhar lá, é serviço muito [...] não faz coisa, por exemplo, agitada. Não se trabalha forte, se trabalha normal.

No relato de Rafael, podemos perceber que a oportunidade é vista com um olhar positivo, pois a situação desesperadora o impedia de perceber nuances e possíveis problemas futuros.

⁸ Multinacional de origem brasileira, reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos.

Isso o levava a crer que tal ação da JBS tinha o intuito de ajudá-lo, porque a empresa reconhecia que “venezuelanos gostam de trabalhar”. No entanto, analisando a conjuntura, percebe-se a sua complexidade. Rafael continua dizendo:

Aí consegui trabalhar os primeiros três meses como treinamento, aí depois ela [Silvana, responsável da empresa] falou pra mim: “Você conseguiu dar certo, você trabalha bem”. Só que eu falei para ela que eu queria ir embora da empresa, não porque ela era ruim, a empresa era muito boa. Eu fiquei um pouco triste por ela, porque ela pegou um emprego pra mim quando eu mais precisava de um emprego, mas a minha família morava um pouco longe. Então era muito difícil trazer a minha família toda pra cá [Dourados/MS], porque eu não morava só, eu morava com sete caras lá. Quando eu fiz entrevista lá, tinham levado 170 venezuelanos pra lá.

Apesar de se adaptar ao emprego, Rafael estava sentindo a ausência de sua família e até pensou na possibilidade de levar o filho e a esposa para viverem com ele. Lá, ele era um trabalhador, mas não estava exercendo de perto seu papel de pai e marido, o que trazia infelicidade. Ele completa:

Eu estava trabalhando no turno de noite, de 21h às 5h. Depois que eu terminei o contrato de treinamento, eu falei para uma pessoa chamada Silvana, ela é encarregada de lá, e eu falei assim pra Silvana: “É Silvana, eu tô muito agradecido por vocês pegarem um emprego pra mim, mas aqui eu estou morando com sete caras, então não consigo morar sozinho”. Porque lá um aluguel fica em R\$ 900,00, é muito me entende? Com meu salário sozinho não dá pra alugar só pra depois trazer a minha família. Mas aqui [em Barbacena] minha mãe já tem uma casa que não paga aluguel, aí era melhor, porque lá eu iria pagar aluguel, aqui, não. Minha mãe falou que era melhor eu vir embora de lá pra cá. Aí eu falei depois para a Silvana e ela falou

depois “Ah tá bom. Se assim você decidiu, se assim você acredita que é melhor, então beleza”.

Rafael ficou poucos meses em Dourados, tempo suficiente para que sua mãe conseguisse enviar o dinheiro da passagem para Barbacena. Por causa do afastamento da família e das dificuldades de se manter em Dourados com a esposa e filhos, Rafael pediu demissão e foi para Barbacena.

Sayad (1998, p. 73-74) elucida essa realidade do imigrante e como a relação entre trabalho e habitação é relevante, pois o nativo tem sua moradia, condição fundamental na busca pelo trabalho, enquanto o imigrante precisa procurar por ambos – trabalho e moradia –, salvo nas situações em que organizações dão essa cobertura. Assim, “mais do que qualquer circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência”.

Essa relação mútua entre trabalho e habitação é experimentada por Rafael, que, das ruas, vai para Dourados e para um trabalho com o “bônus” da habitação oferecida pelo empregador. A Aliança de Misericórdia, responsável pela habitação e emprego do restante da família, e, no caso de Rafael, a Silvana, representante da JBS, asseguram uma habitação para que os Gonzalez possam trabalhar. Com isso, observamos que os imigrantes não escolhem o local em que vivem e têm boa parte de suas despesas custeadas pelos benfeitores, o que reforça o vínculo de dependência entre eles.

Quando se tornam trabalhadores e começam a melhorar sua condição de vida, a relação de dependência com os benfeitores termina ou se modifica. Referente a isso, Sayad (1998, p. 77) relata a forma de habitação dos argelinos na França, um modelo parecido com o experimentado por Rafael na cidade em que, afastado de sua família e dividindo um apartamento com outros sete refugiados venezuelanos, sentia-se forçado a permanecer naquele local porque seu salário não era suficiente para a sobrevivência fora dali: “Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente”. São notáveis as relações de poder sendo exercidas nesse contexto, como se a empresa estipulasse um único território em que pudessem viver, à vista de um controle prático, mas também simbólico de pessoas. Por serem refugiados e, portanto, desterritorializados, os funcionários ficam à mercê de pessoas e empresas que muitas vezes aproveitam de sua condição para exercer mais poder sobre eles, o que muitas vezes não é percebido de imediato. Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu, em sua obra *O poder simbólico*, afirma que

[...] o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma “*illocutionary force*” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Os refugiados venezuelanos, quando entram no Brasil, estão sujeitos ao poder exercido sobre eles. Essa sujeição se dá em espaços delimitados para eles, como o campo de refugiados em Boa Vista, em que o Exército Brasileiro é a representação

desse poder que os domina e é a autoridade naquele território. Mas o poder do Exército não se limita ao campo em que os refugiados vivem, como eles mesmos relatam. Quando estão em situação de rua, o Exército controla até que horas podem dormir nas ruas, quando têm de se levantar e ir para outro lugar, quando podem retornar etc. Nesses casos, o Exército é uma ferramenta de controle estatal que não somente cuida dos limites territoriais que os refugiados venezuelanos podem ocupar, mas também é a representação da força e da expressão violenta que os dominadores podem exercer sobre os dominados.

Especificamente no caso de Rafael, enquanto empregado da JBS, ele sofre a ação direta desse poder simbólico, que também aparece de forma prática na delimitação do lugar em que ele deve morar, situação que é complementada pelo baixo salário que o mantém sob a influência de um grupo dominante. Na definição de Bourdieu (1989), o poder simbólico não é percebido pelos que são dominados por ele; trata-se de um poder invisível. Isso se evidencia no caso de Rafael, que vê sua experiência como proveniente da bondade das pessoas, não enxergando outros aspectos que envolvem essas ações.

Rafael começou a perceber mais a fundo o contexto em que se encontrava ao entender que, se ele quisesse levar sua família para onde estava, teria de sair do apartamento e bancar sozinho um espaço para eles, o que era inviável. A separação de sua família foi tão difícil para ele que o rapaz decidiu sair do emprego e ir encontrá-los, decisão que foi malvista pelos empregadores. Fora da entrevista,

Rafael revela que quase foi impedido de sair. Essa situação reforça o vínculo de dependência e de poder exercido sobre essas pessoas.

Observando as condições de habitação mais particularmente, percebemos que, conforme a situação da família Gonzalez muda, a realidade de suas habitações também é substituída. Enquanto dependentes da ajuda de terceiros, viveram em diferentes moradias em Boa Vista – tendas para refugiados com família e ruas da cidade. Sobre esse momento, Olívia relembra com tristeza:

E então, no segundo dia vivendo na rua, os militares te acordam 5h da manhã todo dia para sair por causa da quantidade de gente e então é difícil quando um menino passa tudo isso, um adulto passa isso e se sente mal, imagina uma criança! Então, com um menino de 6 meses e uma grávida, tinha que caminhar todo dia com fome, sem banhar, porque em Boa Vista é muito quente! Em Venezuela era sol, mas temperatura de 32°C, 38°C graus, muito quente! Havia pessoas que preferiam voltar, estar nas minas, trabalhar nas minas e a vida lá é horrível e havia pessoas que preferiam passar fome e passar dificuldade em seu país do que em outro, que não têm família, nem trabalho, nem nada. Pelo menos em Venezuela tinha família, tinha casa, porque a maioria tinha casa, pra passar dificuldade em outro país! Mas nem todo mundo pensa igual. É difícil, não é fácil, por exemplo, tínhamos em mente claro que íamos passar trabalho [dificuldades], tínhamos família, bebê e em Boa Vista havia muita gente, era bastante difícil.

Em seu país, muitos venezuelanos tinham apoio familiar, eram trabalhadores e possuíam moradia. Quando abandonaram a Venezuela, passaram por uma jornada árdua como imigrantes e refugiados, sendo afetados diretamente em suas

identidades, tornando-se algo que não queriam ser (pessoas em situação de rua, por exemplo) e sofrendo as consequências. Muitos perdem seus parentes durante o processo migratório ou têm de deixar seus filhos, pais, esposas e maridos para trás na Venezuela, juntamente com suas casas, seus trabalhos e suas identidades, que vêm construindo desde crianças. Enquanto estão no limbo (no “não lugar”) entre o lugar em que viviam na Venezuela e seu lar definitivo no Brasil, buscam sua reconstrução não somente territorial, mas também identitária por intermédio do seu trabalho. Os Gonzalez são um exemplo de refugiados que conseguiram conquistar essa reconstrução, porém muitos outros ainda permanecem em Boa Vista à espera da ajuda do governo ou de outras pessoas/instituições, contando que um dia poderão mudar sua realidade.

CAPÍTULO 3

**Residentes em Barbacena e o
impacto nas identidades**

As experiências que a família Gonzalez tem em Barbacena impactam as suas escolhas, de forma que eles se sentem empoderados para começar a viver como na Venezuela, adicionando aspectos da cultura brasileira à sua vida cotidiana. Encontram facilidade em criar vínculos em redes com outros venezuelanos residentes na cidade, mas também se deparam com certo isolamento social, devido à dificuldade de comunicação com brasileiros, além da discriminação, que influencia sua inserção na cidade.

Novas vivências e suas contribuições na construção das identidades

Depois de se estabelecerem em Barbacena, os membros da família começam a frequentar a igreja evangélica com que se identificam e, ao obterem seus empregos, outros aspectos das suas identidades são construídos. Na vida antes do Brasil, Olívia e Rafael eram jovens estudantes. Nessa nova realidade, ambos se encontram em uma posição de adultos e trabalhadores.

Agora estamos ficando um pouco melhor; todos lá em casa, graças a Deus, estamos trabalhando agora. Meu irmão, ele também pegou um emprego lá na Rivelli, minha irmã está trabalhando, cuidando do filho de uma moça, minha mãe também trabalha na Rivelli, e minha esposa quer trabalhar, ela fica cuidando do meu filho quando eu estou trabalhando agora e minha cunhada que também cuida do seu filho. (Rafael)

As novas profissões complementam suas identidades e dão uma camada nova às suas vidas. Rafael e a família vivem em

uma casa mantida pelo esforço de seu trabalho e ele está vivendo da forma que idealizou antes de chegar ao Brasil, exercendo seu papel de marido, pai e provedor de seu lar. Como foram ajudados, eles procuram ajudar outros, como seus parentes que ainda moram na Venezuela e seus pares, que encontraram em Boa Vista.

Olívia trabalha como babá e consegue contribuir em casa juntamente com sua mãe, e as duas também ajudam outros venezuelanos refugiados em Boa Vista a irem para Barbacena a fim de reconstruir suas vidas. Ela comenta as diferenças da realidade que vivia na Venezuela e da que experimenta no Brasil:

Você imagina ter que comer sardinha todo dia? O que sente ao comer sardinha com mandioca? Só comer isso? Tem que comer farinha e tem que moer o milho e faz a farinha, porque a que se faz arepa, não consegue. Essa desapareceu da Venezuela. Então as pessoas comem farinha se não tem mandioca, porque não tem espaguete, come essa farinha moída. A pessoa consegue, vai num coche e a mói. Comer todo dia isso, só sardinha, só mandioca, uma pessoa que comia carne todo dia? Porque comer carne não deveria ser um luxo, ter um telefone, um carro, não deveria ser um luxo, deveriam ser coisas normais! Coisa normal! Viver numa casa, ter uma TV, são coisas normais na vida, mais básico, mas é como que, imagina... É forte porque, por exemplo, quando você chega a começar a comer comida e ver carne, frango, de tudo, entra num supermercado e ver comida. Entramos num supermercado aqui, o Mineirão, enorme! Tem de tudo!

As possibilidades que o trabalho proporciona para eles trazem certa dignidade, inclusive de escolher o que comer. Ela continua:

*Aí então você imagina, por exemplo, chegar da Venezuela e ver isso! É como ver a glória, entende? **Porque aqui você pode comprar a comida que você quiser, ter na sua casa comida, entende? E em Venezuela não pode fazer isso. Por exemplo, um prato com arroz, com frango, com salada, com tudo e sentar aquela família e comer sardinha com mandioca?** Dá tanta tristeza! (grifos nossos).*

A noção do trabalho como fonte de dignidade social foi um dos temas analisados por Max Weber (2004, p. 72) em seu clássico *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, com a tese de que um dos efeitos sociais desencadeados pela Reforma Protestante foi, exatamente, transformar o trabalho cotidiano em uma espécie de prova terrena de um estado de graça, isto é, “[...] a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a autorrealização moral é capaz de assumir”. Ademais, para além da literatura acadêmica, o imaginário coletivo de nossa sociedade é, em alguma medida, povoado por noções que relacionam trabalho e dignidade social, tendo em vista ditados populares como “o trabalho dignifica o homem” ou “Deus ajuda quem cedo madruga”. Nesse sentido, um imigrante refugiado identificado como trabalhador tem, em tese, condições mais favoráveis para conquistar a aceitação da comunidade em que se insere do que um imigrante refugiado acometido pela alcunha de “preguiçoso”, “vagabundo” ou qualquer adjetivo que opere, no imaginário coletivo, como antônimo de trabalhador.

Se o trabalho possui, entre outras alcunhas, uma dimensão simbólica e identitária, ainda segundo Weber (2004), sua rentabilidade define o poder de consumo do trabalhador,

poder econômico, mas também simbólico. Para Rafael e Oliva, o salário recebido vai ser aplicado na vontade de consumir, sendo a comida o exemplo primeiro de possibilidade de escolha como representação da independência, ao passo em que comer sardinha com mandioca simbolizava a falta de autonomia devido às dificuldades financeiras. Sahlins (2003) demonstra que a utilidade da coisa, do objeto, dá-se pelo seu significado na sociedade, em “um sistema simbólico”. Para os Gonzalez, a partir da vivência de Olívia enquanto residente da Venezuela, a comida, objeto que era constante em sua mesa, assumiu um significado para além de sua natureza e finalidade – matar a fome –, tornando-se um lembrete da sua condição financeira.

Trata-se de situações que contribuem para sua visão sobre si e sobre o outro, fazendo com que sejam pessoas mais empáticas por já terem experimentado dificuldades, tanto na Venezuela quanto nos momentos em solo brasileiro. Devido ao que passaram e pela norma segundo a qual agem em razão da sua identificação como cristãos, procuram ajudar outros a viverem melhor, enviando, por exemplo, algum dinheiro que auxilie na alimentação.

Durante a entrevista com Olívia, em sua casa estava uma família venezuelana, também refugiada, constituída por pai, mãe e filha bebê recém-chegados de Boa Vista. Foram pessoas que os Gonzalez conheceram quando estiveram na cidade e para quem, ao conseguirem se estabelecer em Barbacena, enviaram dinheiro a fim de que pudessem sair das condições precárias em que estavam. Quando perguntada se foi a Aliança de Misericórdia que trouxe a família para

a cidade, Olívia responde: “Não, minha mãe e eu juntamos dinheiro e trouxemos eles”.

Os atos de solidariedade da família Gonzalez fortalecem suas identidades, algo que construíram em sua terra natal e que agora ressignificam no contexto brasileiro. Sobre os aspectos da cultura brasileira, Rafael diz:

Eu quero que meu filho pegue essa cultura, goste dessa cultura. Porque eu já passei por tudo isso de... E eu não quero que meu filho passe por tudo isso, eu quero que meu filho goste de ajudar a outra pessoa também, porque eu já passei por tudo isso também. Eu acho que a pessoa tem que ajudar a outra pessoa, querendo, como a si mesmo. Eu acho que como disse na Bíblia, de Deus, quando uma pessoa gosta de ajudar outra pessoa, Deus olha isso. Aí Deus multiplica pra você, então eu quero que meu filho consiga fazer isso.

Os gestos solidários que receberam de brasileiros demonstram um aspecto da cultura do Brasil, ao ponto de serem reconhecidos por Rafael como uma característica da identidade do brasileiro, algo que também é atrelado ao rótulo de cristão compartilhado por muitos brasileiros e que, portanto, será ensinado ao seu filho. Olívia também fala sobre as diferenças culturais:

Bom, me parece que toda essa adaptação, o costume é um processo, porque o país Venezuela é muito pequeno e tem uma cultura muito específica, entende? Se come arepa, todo mundo come arepa, se tem uma coisa específica, todo mundo faz e aqui no Brasil não. E por exemplo são culturas bastante, bastante diferentes, parece que são pessoas muito distintas. Penso que são um país distinto e as pessoas também são, de culturas distintas, mas me parecem

pessoas bastante legais. Eu não sei. Eu estou trabalhando e não tive tempo de sair para conversar.

Sobre o aspecto cultural, ao qual se refere a fala de Olívia sobre a arepa, uma comida típica venezuelana feita de milho (fubá pré-cozido), como símbolo de sua origem, diferenciando-a da cultura brasileira, Sahlins (2003, p. 170) nos mostra que os hábitos de alimentação provêm de uma racionalidade cultural, ou seja, há coisas que escolhemos comer e outras não, e isso parte de um significado coletivo e há “justificativas biológicas, ecológicas ou econômicas” por trás. Segundo a jornalista Clara Peron, a arepa vem da herança dos povos originários e é consumida na Venezuela no café da manhã e no jantar. Ela pode ser uma base para diferentes recheios.

Segundo alguns estudiosos, o nome deriva de “erepa”, palavra que os índios Cumanagotos usavam para se referir ao milho. Outros afirmam que a palavra vem de “aripo”, uma placa de barro utilizada pelos indígenas para cozinhar milho (PERON, 2022).

Aqui, temos uma relação histórica e antropológica do significado das arepas: ainda que tenham sido apropriadas pelos colonizadores da Venezuela, fazendo com que fossem espalhadas por toda a nação, para os venezuelanos significam ser venezuelano. As arepas se tornaram “uma coisa específica que todo mundo [venezuelano] faz”, como explicou Olívia anteriormente. A arepa não é uma comida exclusiva da Venezuela, sendo consumida também em países vizinhos, como na Colômbia e no Panamá, porém, pelo seu significado, tornou-se parte essencial da cultura venezuelana.

Durante a crise econômica que Olívia experimentou na Venezuela, ela revela que até as arepas estavam desaparecendo. Ela diz que o milho precisava ser moído, fato que retornou nesse contexto de crise. Além de não terem acesso a proteínas animais mais caras, que, como Sahlins (2003) aponta, têm um “valor social” que influencia o valor econômico, a comida que mais representa a identidade venezuelana estava sendo perdida devido às questões econômicas.

Sahlins (2003) nos lembra que as crises despertam contradições, em que as pessoas empobrecidas vão se alimentar de comidas que não escolheriam antes. Como Olívia exemplifica: *“Então as pessoas comem farinha se não tem mandioca, porque não tem espagete, come essa farinha moída”*.

Quando estão ainda em situação vulnerável na transição pelo Brasil, antes de se estabelecerem no país, também ficam suscetíveis a comer aquilo que lhes é dado, conforme várias vezes eles relatam que recebiam comida da Igreja Católica, ou quando conseguiam algum dinheiro compravam aquilo que era mais barato para se alimentar. Enquanto trabalhadores, em seus lares, passam a escolher as comidas que têm significado para eles, bem como as que a nova situação econômica lhes possibilita consumir.

Isolamento do refugiado e a construção das redes

O processo de migração do refugiado e sua entrada em um país novo – no caso dos Gonzalez, com língua e cultura diferentes – promove um crescimento da solidão. A família estudada tem o diferencial de ter migrado em conjunto, com a possibilidade de os membros se apoiarem nos momentos difíceis e encontrarem no seu vínculo familiar a força para suprir as necessidades emocionais, o que, contudo, não os impede de sofrer da solidão.

Os Gonzalez são obrigados a aprender o português como ato de sobrevivência, porque estar no Brasil sem conseguir ao menos falar um “portunhol” os exclui das relações com brasileiros e das oportunidades de emprego. Foi o que aconteceu com Olívia e sua mãe, que, ao não serem compreendidas, foram discriminadas e ignoradas. Tal situação os torna mais dependentes de outros falantes de espanhol e, nesse caso, de seus próprios familiares. Algumas relações que constroem com outros brasileiros estão baseadas na troca. Com os missionários da Aliança de Misericórdia foi assim, bem como com os militares no campo de refugiados em Boa Vista e com a igreja evangélica que frequentam. Sobre esta, Olívia relata:

Depois com os dias o pastor nos perguntou e escutou o idioma, falou: “Vocês não são daqui?”, e falamos em espanhol e ele “oh temos venezuelanos aqui”. O pastor é muito alegre! Já havia vindo a minha cunhada antes e num culto à noite ele nos apresentou a igreja e todo mundo nos conheceu.

Nessa oportunidade, a língua não foi uma barreira, mas alvo de curiosidade para os membros da igreja. Ao ser perguntada

se recebiam ajuda da igreja, ela responde: *“Sim, nos ajudou, [ajudou] a minha cunhada [Marina], com fralda, roupa, perguntando o que precisávamos”*.

Apesar de receberem ajuda da igreja e terem conhecido os membros, a relação não teve um aprofundamento ou um começo de amizade, a não ser com um funcionário da igreja, Diego, que os auxiliava mais diretamente. Olívia justifica essa dificuldade por trabalhar demais e folgar somente nos fins de semana. Seu momento de se relacionar com alguém fora do seu círculo familiar se dá no ambiente de trabalho ou eclesial. Notamos, ao entrevistá-la, que o trabalho se torna um motor em que se vive por ele e através dele. Como Sayad (1998) aborda em sua obra, é uma relação que serve de justificativa e de proteção contra a vulnerabilidade. O autor discorre a respeito da solidão e da melancolia quando interpreta como se dão as relações sociais e de trabalho com seus entrevistados.

[...] Mesmo o grupo mais unido dos amigos íntimos e dos familiares, e talvez este segundo grupo prioritariamente (o grupo cônjuge, filhos, pais, irmãos, irmãs, etc.) não baste para proteger da solidão (SAYAD, 1998, p. 115).

Ainda que Olívia seja próxima de sua família, principalmente de sua mãe, isso não impede que ela se sinta deslocada desse novo lugar e das pessoas com quem convive. Alguns somente a cumprimentam quando a veem ou, por estar frequentemente na companhia da mãe, falam com a matriarca em vez de falar com ela. Isso foi algo que percebemos nas nossas observações dos cultos na igreja. Os membros falam apenas

o necessário ou só os cumprimentam e logo seguem seus caminhos. O pastor Antônio reflete sobre isso:

Eles apenas têm participado dos cultos, não há uma integração ativa em um setor na igreja, pelo menos não no momento, até porque é um processo pra gente conhecer, ver de fato, quem são, qual o caráter, essas coisas... Então a gente tem conhecido aos poucos, parece que agora um pouco mais do que antes, eu não sei se isso é nosso, eu não sei se é parte da cultura, mas a gente vai ainda com o pé muito atrás até criar o vínculo, acho que desafio muito grande é criar o vínculo (grifo nosso).

Por serem imigrantes-refugiados, há uma rapidez em responder às suas necessidades visíveis, mas ainda existe uma resistência sobre eles, algo que também fortalece esse afastamento, essa solidão.

Nesse processo solitário, tanto Olívia quanto sua família são vítimas e algozes, pois o seio familiar pode significar uma proteção e uma zona de conforto em relação à ousadia necessária para conhecer alguém novo. Na primeira vez que conversamos com a família Gonzalez, curiosamente, Olívia e Rafael foram os que mais se engajaram na nossa conversa. É possível que tal ação tenha se dado pela proximidade de faixa etária, bem como por serem os membros da família que falam melhor o português. Inclusive, quando chegamos para conhecê-los, eles ficaram muito felizes de termos ido até eles para conversar, o que corrobora com nossa hipótese sobre a solidão que experimentam.

Essa característica reservada também é compreensível devido a tudo o que passaram no deslocamento da Venezuela

até Barbacena. Discriminações, “olhares tortos”, entre outros, foram ingredientes que colaboraram para a dificuldade de confiar nas pessoas e fazer amigos. Ambos, Olívia e Rafael, apesar das poucas experiências ruins com brasileiros, tiveram interlocuções mais na via da solidariedade, sem avançar para além disso.

Um caso diferente aconteceu ao conhecerem outros venezuelanos em Boa Vista, pois a própria identificação cultural e linguística facilitou o processo de levarem uma dessas famílias que conheceram na cidade para morar em sua casa temporariamente. Essa situação poderia resultar na criação de pequenas comunidades venezuelanas dentro de Barbacena, como aconteceu ao longo da história brasileira de imigração e refúgio em diversas cidades.

A dificuldade em criar vínculos mais profundos com brasileiros e a construção de redes entre outros refugiados venezuelanos afetam diretamente suas reconstruções identitárias, de modo que vão se naturalizando mais com a cultura brasileira e, especificamente, barbacenense. Assim, buscam manter os aspectos identitários já construídos na sua terra natal, como os hábitos alimentares e a língua, deixando o português apenas para os momentos de trabalho e/ou eclesiais, enquanto, entre si, mantêm suas heranças culturais. Tal situação é fluida, especialmente porque os bebês na família crescerão como brasileiros, em solo brasileiro e frequentarão ambientes de sociabilidade que os tornarão vetores de transformação identitária, de forma que serão algo da mistura entre Brasil e Venezuela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identidades se transformam a todo tempo. Elas são definidas, aceitas ou rejeitadas pela sociedade, na qual os processos de deslocamento e de permanência e as relações interpessoais as impactam diretamente. Como pudemos observar através da trajetória da família Gonzalez, os imigrantes-refugiados têm seus rótulos identitários criados em seu país, como o de trabalhadores, por exemplo, trazidos à tona ao tentarem se diferenciar e terem possibilidade de acessar oportunidades no Brasil. Também são condicionados a novos rótulos, como o de refugiados, que procuram transformar enquanto estabelecem suas vidas através do trabalho. Outros rótulos, como o da solidariedade, eles escolhem para si ao se relacionarem com brasileiros.

O poder que os diferentes territórios, moradias e atores exercem sobre os refugiados venezuelanos afeta a forma com que se veem. Por serem um grupo desterritorializado, ficam suscetíveis às mudanças e diferentes nomenclaturas (imigrantes-refugiados, refugiados econômicos, entre outros). Posteriormente, assumem outros diversos rótulos: imigrantes, que apresenta um aspecto mais positivo e menos discriminado do que o de refugiados e, na sequência, trabalhadores, o que justifica para eles sua presença no Brasil, além de ser o passaporte para sua independência.

Como cristãos, recebem o amparo de que necessitam das iniciativas identitárias a que se vinculam, assim como pressupõem um comportamento e uma ponte para a socialização no Brasil. Além desses rótulos que escolhem, existem aqueles que lhes são dados, como o de refugiados e o de pessoas em situação de rua.

A transição entre espaços provisórios e “não lugares” os faz buscar um território duradouro que seja um novo lar em que possam se reconstruir, manter suas heranças culturais e ofertar um local seguro, um “território-rede”. Nesse contexto, a solução se encontrava no trabalho, motivo da migração e refúgio. Ele se torna a condição da vivência deles e serve como ferramenta de reconstrução. As novas profissões e a independência dão mais uma camada às suas identidades, de forma que há segurança para novas escolhas – inclusive a de ficarem permanentemente no Brasil – e são preservados aspectos identitários culturais que trouxeram de seu país de origem.

A barreira linguística, ainda que o espanhol seja próximo do português, surge como um desafio em longo prazo para os membros da família, uma vez que o estigma com migrantes latino-americanos é real e influencia a integração deles com a sociedade brasileira, ao passo que quanto melhor se comunicam em português, mais facilmente são absorvidos socialmente.

Sendo assim, o caso da família Gonzalez nos ajuda a compreender alguns aspectos identitários presentes nas diversas fases de integração social que são submetidos desde a saída de seu país até a inserção em Barbacena, de forma que contribui para que entidades e instituições que atuam diretamente com refugiados venezuelanos conheçam mais sobre o movimento migratório e de interiorização no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado. Brasília: Acnur, 2011. Disponível

em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

Protegendo refugiados no Brasil e no mundo. Brasília:

Acnur, 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_e_no_Mundo.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

Dados sobre o refúgio. Brasília: Acnur, 2020. Disponível

em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/#::~:~:text=89%2C3%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas,perturbem%20gravemente%20a%20ordem%20p%C3%BAblica>. Acesso em: 10 set. 2020.

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

Venezuela. Brasília: Acnur, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 10 set. 2020.

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

Entrada e regularização migratória de venezuelanos no

Brasil. Brasília: Acnur, 2021. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/regularizacao-migratoria-e-entrada-de-venezuelanos-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2021.

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

Interiorização beneficia mais de 50 mil refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil. Brasília:

Acnur, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/interiorizacao-beneficia-mais-de-50-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2021%20de%20abril%20de,%20seu%20in%C3%ADcio%20em%20abril>. Acesso em: 2 set. 2021.

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA

REFUGIADOS. **Refugiados.** Brasília: Acnur, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20que%20est%C3%A3o%20fora,direitos%20humanos%20e%20conflitos%20armados>. Acesso em: 20 abr. 2021.

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Painel**

interiorização. Brasília: Acnur, 2022. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 26 set. 2022.

APPIAH, Kwane Anthony. Identidade como problema. In: JUNIOR, Brasília Sallum *et al.* (org.). **Identities.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016, p. 17-32.

BARBACENA (MG). Prefeitura. **Conheça um pouco da história nos 224 anos de Barbacena.** Barbacena, MG, 14 ago.

2015. Disponível em: <https://www.barbacenamais.com.br/cotidiano/19-cidade/1241-conheca-um-pouco-da-historia-nos-224-anos-de-barbacena>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 22 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Portaria nº 655, de 23 de junho de 2021. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-655-de-23-de-junho-de-2021-327674155>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Portaria nº 670, de 1º de abril de 2022. Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-670-de-1-de-abril-de-2022-390351794>. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Operação Acolhida já interiorizou mais de 50 mil venezuelanos**. Brasília, DF, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/interiorizacao-beneficia-mais-de-50-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASELLA, Paulo Borba. Refugiados: conceito e extensão. In: ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001, p. 17-26.

CUNHA, Ana Paula da. O direito internacional dos refugiados em xeque: refugiados ambientais e econômicos. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, PR, v. 8, n. 8, 2008, p. 177-201.

DIAS, Fernando Nogueira. O medo enquanto emoção social: contributos para uma sociologia das emoções. **Fórum Sociológico nº 15/16**, Lisboa, n. 15-16, 2006, p. 295-313.

DREXLER. **Movimiento**. Madri: Warner Music Spain, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rgl_jsfpagu. Acesso em: 26 out. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, RS, v. 29, n. 1, 2003, p. 11-24.

MAIS de 3,8 mil imigrantes venezuelanos ainda estão fora dos abrigos em Roraima. **Portal Roraima 1**, Roraima, RR, 10 out. 2022. Disponível em: <https://roraima1.com.br/2022/10/10/mais-de-38-mil-imigrantes-venezuelanos-ainda-estao-fora-dos-abrigos-em-roraima/#:~:text=Apenas%20em%20Boa%20Vista%2C%201.616,est%C3%A3o%20em%20-situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua>. Acesso em: 23 out. 2022.

PANDEMIA provoca retorno de 100 mil venezuelanos ao país. **Exame**, São Paulo, 6 set. 2020. Disponível em: <https://exame.com/mundo/pandemia-provoca-retorno-de-100-mil-venezuelanos-ao-pais/>. Acesso em: 10 set. 2020.

PERON, Clara. **Arepas, prato típico andino para incrementar o cardápio**. Cursos CPT. 2022. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/noticias/arepas-prato-tipico-andino-incrementar-cardapio>. Acesso em: 23 out. 2022.

PEDUZZI, Pedro. Operação Acolhida contabiliza 50 mil refugiados venezuelanos interiorizados. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-04/operacao-acolhida-contabiliza-50-mil-refugiados-venezuelanos>. Acesso em: 20 abr. 2021.

RODRIGUES, Caíque. Venezuelanos passam noite nas ruas e enfrentam longas filas por regularização no Brasil. **G1**, São Paulo, 25 de jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/07/25/venezuelanos-passam-noite-nas-ruas-e-enfrentam-longas-filas-por-regularizacao-no-brasil-desastroso.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2021.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

TORRADO, Santiago. Venezuela superaria em 2020 o fenômeno migratório sírio. **El País**, Bogotá, 27 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/internacional/1574128387_157435.html. Acesso em: 1 out. 2020.

VIDIGAL, Lucas. Número de refugiados no Brasil aumenta mais de 7 vezes no semestre; maioria é de venezuelanos. **G1**, São Paulo, 9 jun. 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 4, 2020, p. 2330-2358.

ÍNDICE REMISSIVO

C

CRISTÃ 14, 33, 48, 49, 51.

CRISTÃO 48, 82.

CRISTÃOS 49, 54, 59, 81, 90.

D

DESTERRITORIALIZADO 45, 90.

DESTERRITORIALIZADOS 72.

DISCRIMINAÇÃO 11, 38, 40, 52, 54, 78.

G

GONZALEZ 11, 14, 17, 20, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 40,
43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66,
67, 71, 74, 75, 78, 81, 82, 85, 87, 90, 91.

H

HABITAÇÃO 17, 58, 67, 71, 72, 74.

I

IDENTIDADE 20, 21, 24, 25, 41, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 58, 59,
61, 63, 67, 68, 82, 84.

IDENTIDADES 14, 17, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 68, 75, 77, 78, 82, 91.

IGREJA 14, 27, 28, 33, 37, 50, 51, 52, 59, 67, 68, 78, 85, 86, 87.

IGREJAS 51.

IMIGRANTE 24, 25, 47, 57, 60, 62, 63, 65, 68, 71, 72, 80.

IMIGRANTES 10, 20, 24, 26, 40, 45, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 71, 74, 87, 90, 96.

IMIGRANTES-REFUGIADOS 61, 64, 87, 90.

R

REDE 14, 57, 58, 59, 91.

REDES 17, 44, 57, 78, 85, 88.

REFUGIADO 17, 26, 42, 43, 47, 52, 60, 61, 62, 63, 65, 69, 80, 85, 93.

REFUGIADOS 10, 14, 15, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 40, 42, 44, 45, 46, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 79, 85, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97.

REFUGIADOS ECONÔMICOS 61, 90.

RÓTULO 43, 45, 46, 47, 49, 52, 59, 60, 82.

RÓTULOS 21, 28, 40, 46, 47, 63, 90.

T

TRABALHADOR 46, 60, 67, 70, 72, 80.

TRABALHADORES 48, 52, 59, 60, 63, 68, 71, 72, 74, 78, 84, 90, 101.

V

VENEZUELANA 10, 14, 20, 21, 27, 28, 47, 58, 64, 66, 81, 83, 84, 93.

VENEZUELANO 21, 41, 42, 45, 47, 52, 53, 54, 57, 62, 65, 69, 83.

VENEZUELANOS 10, 11, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 35, 38, 41, 42, 44, 45, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 66, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 78, 79, 83, 85, 88, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 99.

SOBRE OS AUTORES



Caroline Nascimento Lehmann

Licenciada em Ciências Sociais pela UEMG, unidade Barbacena, e educadora social. Foi bolsista do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq), investigando a atuação das instituições religiosas na integração dos migrantes venezuelanos em Barbacena/MG. Também foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e atua na Cáritas Arquidiocese de Curitiba, uma casa de acolhida e integração de migrantes.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2367857488531818>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8502-6127>



Reinaldo Azevedo Schiavo

Professor do curso de Ciências Sociais da UEMG, doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4537087552534662>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6025-1395>

Este livro foi produzido pela Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais (EdUEMG) em novembro de 2022. O texto foi composto em Cairo, desenvolvida por Mohamed Gaber, e Noto Sans, por Google. Para obter mais informações sobre outros títulos da EdUEMG, visite o *site*: editora.uemg.br.

Confira outros títulos da EdUEMG



**Políticas sociais brasileiras em contextos de crise:
desafios contemporâneos**

Organizadores:

Warllon de Souza Barcellos

Marco José de Oliveira Duarte

Acesse em: editora.uemg.br/catalogo

A obra apresenta um debate acadêmico e político, produzido por pesquisadores(as), docentes e profissionais da área de serviço social em um momento de reflexão sobre seu papel e de tantos(as) outros(as) trabalhadores(as) nos espaços sócio-ocupacionais em uma conjuntura de contrarreforma e de retrocessos nas políticas sociais.



Direitos humanos e capital: desafios e desenvolvimento diante das crises da atualidade

Organizadores:

Fernando Melo da Silva

Robert Augusto de Souza

Acesse em: editora.uemg.br/catalogo

O 1º Seminário de Direitos Humanos e Capital teve como pano de fundo discussões sobre as movimentações do panorama econômico e sociopolítico global em um período assolado por uma crise multissetorial, cujos reflexos têm atingido em especial as questões pertinentes aos direitos humanos e sua efetivação face aos interesses do capital e as normas jurídicas que o regem. A análise dessa problemática gerou a presente obra, cujos textos abordam dentre outras coisas: o desmonte das instituições fruto do Estado de bem-estar social; a precarização do trabalho; a consumerização da vida; a relativização da dignidade da pessoa humana; e a rediscussão das liberdades individuais face aos novos contornos do capital na atualidade.